



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

LUCIANO GUEDES DO NASCIMENTO SILVA

**RENOVAÇÃO E SAUDADE NO TEMPLO DO SENHOR:
A REFORMA DA CATEDRAL DE CAMPINA GRANDE
(1964-1969)**

CAMPINA GRANDE

2019

LUCIANO GUEDES DO NASCIMENTO SILVA

**RENOVAÇÃO E SAUDADE NO TEMPLO DO SENHOR:
A REFORMA DA CATEDRAL DE CAMPINA GRANDE
(1964-1969)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro.

CAMPINA GRANDE

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Luciano Guedes do Nascimento.
Renovação e saudade no templo do Senhor [manuscrito] :
a reforma da Catedral de Campina Grande (1964-1969) /
Luciano Guedes do Nascimento Silva. - 2019.
48 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Igreja católica. 2. Paróquia de Campina Grande. 3.
Reforma litúrgica. 4. Patrimônio cultural. I. Título
21. ed. CDD 282

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANO GUEDES DO NASCIMENTO SILVA

RENOVAÇÃO E SAUDADE NO TEMPLO DO SENHOR: A REFORMA DA CATEDRAL DE CAMPINA GRANDE (1964-1969)

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em História, Universidade Estadual da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em 10 de junho de 2019.

Banca Examinadora

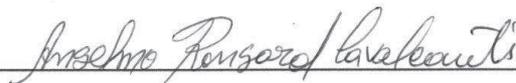
Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro – Orientadora



Profa. Msc. Maria de Lourdes Lopo Ramos



Prof. Msc. Anselmo Ronsard Cavalcanti



Prof. Msc. Rodrigo Henrique Araújo da Costa



Dedico este trabalho à amada Paróquia de Nossa Senhora da Conceição – Catedral Diocesana de Campina Grande, por ocasião do seu Jubileu de 250 anos, celebrado no dia 08 de dezembro de 2019.

Igualmente dedico aos meus pais, Heleno Guedes e Terezinha de Jesus, fiéis católicos. A eles, honra e gratidão, por me conduzirem a fé em Deus, a estudar e a amar a Igreja de Jesus Cristo.

Ao querido Dom Dulcênio Fontes de Matos, Bispo de Campina Grande, pelo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos os professores do Curso de História, aos colegas e a todas as pessoas que narraram-me histórias sobre Campina Grande.

“Não se pode esconder uma cidade situada sobre a montanha” (Mt 5,14).

RESUMO

A Paróquia de Campina Grande, instalada pelo Bispado de Olinda em 1769, permaneceu com modesta estrutura física até o ano de 1887, quando o Monsenhor Sales a reconstruiu ao ritmo do crescimento urbano local. Herdou-se desse momento a atual fachada externa em linhas neoclássicas; o relógio, os corredores laterais e a abertura do corpo da igreja em arcos. A este conjunto adicionou-se o altar-mor, construído em mármore Carrara, com três nichos dedicados à Imaculada Conceição, São Luís Gonzaga e São Francisco de Assis. A partir de 1964, com o processo de modernização e a reforma litúrgica conciliar, o recinto sagrado passou por profundas transformações. Instalou-se o novo altar, móvel e direcionado para a assembleia dos fiéis, subtraindo o altar-mor, fixo em pedra ao fundo da igreja. O presente trabalho recorta a segunda metade do século XX, para contar essa história no tempo, escutando os documentos, as fontes, os testemunhos orais, ao passo que dialoga com autores que estudaram abordagens correlatas. Através da análise historiográfica, problematizamos o processo de evolução e de reconstrução da Igreja Catedral e convidamos o leitor a mergulhar na compreensão dos diversos fenômenos eclesiais e sociais que se imbricaram na confecção simbólica deste lugar, tão caro ao patrimônio e memória dos campinenses. Visitamos o passado do nosso marco primeiro: a capela da aldeia, a matriz da Vila Nova, a catedral na cidade moderna, para reconhecer através deste lugar sagrado, as pessoas, as relações e a compreensão eclesial que se materializou na reforma do templo, vista na temporalidade estudada.

Palavras-chave: reforma litúrgica, catedral, patrimônio cultural.

ABSTRACT

The Parish of Campina Grande, installed by the Bishop of Olinda in 1769, remained modest in physical structure until 1887, when Monsignor Sales rebuilt it at the pace of local urban growth. From this moment the current external façade was inherited in neoclassical lines; the clock, the side aisles and the opening of the church body in arches. To this set was added the high altar, built in Carrara marble, with three niches dedicated to the Immaculate Conception, St. Louis Gonzaga and St. Francis of Assisi. From 1964, with the process of modernization and the conciliar liturgical reform, the sacred precinct underwent profound transformations. The new altar, movable and directed to the assembly of the faithful, was installed, subtracting the main altar, fixed in stone to the back of the church. This paper draws on the second half of the twentieth century to tell this story in time, listening to documents, sources, oral testimonies, while dialoguing with authors who have studied related approaches. Through historiographical analysis, we problematize the process of evolution and reconstruction of the Cathedral Church and invite the reader to delve into the understanding of the various ecclesial and social phenomena that have imbued themselves in the symbolic making of this place, so dear to the heritage and memory of the campinenses. We visited the past of our first landmark: the village chapel, the headquarters of Vila Nova, the cathedral in the modern city, to recognize through this sacred place the people, relationships and ecclesial understanding that materialized in the reformation of the temple. in the studied temporality.

Keywords: liturgical reform, cathedral, cultural heritage.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 – Introdução..... | 08 |
| 2. Capítulo I - Características da reforma litúrgica pós-conciliar..... | 11 |
| 3. Capítulo II - A reforma de 1964 em Campina Grande..... | 15 |
| 4. Capítulo III - A Catedral como espaço e objeto da reforma..... | 26 |
| 5. Capítulo IV - Os impactos da reforma em Campina Grande..... | 35 |
| 6 – Conclusão..... | 44 |
| 7- Referências..... | 47 |
| 8 - Anexos..... | 48 |

INTRODUÇÃO

A partir de 1964 a Igreja Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em Campina Grande, passou por uma profunda transformação do seu espaço físico interno, e adaptação das celebrações e dos sacramentos à língua portuguesa, alterações estas que se desenvolveram até o ano de 1969 e que até os dias atuais demarcam as características estéticas e pastorais do que ficou convencionado na história da Igreja Católica Romana como Reforma Litúrgica pós-conciliar.

A reforma litúrgica, neste momento da história eclesial, demarcou-se pelas inovações operadas pelo Concílio Vaticano II, realizado em Roma durante os anos de 1962 a 1965. O encontro contou com a presença dos bispos católicos, peritos e teólogos em comunhão de fé com o Papa, além de convidados. Foi organizado em quatro sessões que abordaram temas como a constituição e a natureza da própria Igreja, a ação pastoral no mundo moderno, a hierarquia católica, a relação com as igrejas orientais, a revelação divina, a liturgia, os direitos humanos, o ecumenismo, a educação católica, a comunicação social, a formação sacerdotal e a missionariedade. Ao final, os padres conciliares condensaram todos estes ensinamentos, resultando em quatro constituições, nove decretos e três declarações.

Tais mudanças sofreram intensa recepção no Brasil e em diversos países e regiões de tradição católica no mundo, tais como Alemanha, França, Estados Unidos e América Latina, cujos ritos e simbologias apoiaram-se nas disposições da Santa Sé, modificando radicalmente o trato com os fiéis, as disposições do templo, o papel do sacerdote e dos livros litúrgicos. Foi o processo de aculturação dos ritos às diversas expressões dos povos.

Até essa época, a liturgia na Igreja Católica, particularmente a Eucaristia, era rezada em *latim clássico*. Era a língua oficial da Igreja e dos seus ritos, ensinada diligentemente nos seminários, durante o itinerário de formação dos padres. Nas missas, o sacerdote ficava de costas para o povo, voltado exclusivamente para o altar-mor, construído fixo à parede de fundo das igrejas.

Bem elevado e centralizado no altar-mor estava o sacrário, para onde os fiéis dirigiam o olhar. De pé, junto ao retábulo, o sacerdote oferecia os dons sagrados. Da nave, o povo acompanhava o rito, à distância, e por sua vez ocupava-se com suas orações devocionais, o rosário e o culto aos santos protetores. O momento em que o padre voltava-se para o povo, era chamado *sermão* que geralmente proferia-se do púlpito, nas igrejas principais.

É sobre os aspectos da reforma litúrgica pós conciliar e sua efetivação no âmbito da Catedral campinense que se volta o presente artigo. Para tal fim, utilizamos os documentos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Catedral de Campina Grande), especificamente os Livros Tombo II e III. Estes livros pertencem ao patrimônio do Arquivo Paroquial e tem por finalidade recolher as notas e os fatos, registrados pelos párocos de cada época. Neles encontram-se rica documentação da práxis evangelizadora da Igreja em perspectiva interna, bem como da sua inserção pastoral nos diversos contextos sociais. Paralelo a estas fontes, buscamos a fala dos fiéis através dos diários pessoais, memórias escritas e escuta de testemunhas que vivenciaram a eclosão e o processo destas transformações, analisados em constante diálogo com os estudos de Roberto de Mattei, Jonn W. O'Malley, Guilherme Schubert e Dionísio Boróbio, entre outros.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata das características gerais da reforma litúrgica pós-conciliar ocorrida na Igreja Católica na segunda metade do século XX e como os movimentos internos da pastoral católica em torno da leitura bíblica, da liturgia e do ecumenismo operaram uma maior abertura da instituição ao mundo moderno.

O segundo capítulo mostra os aspectos desta reforma aplicada à situação sócio eclesial de Campina Grande; esclarece os espaços físicos que foram modificados na estrutura interna da Catedral de Nossa Senhora da Conceição e destaca as iniciativas da pastoral renovada, trazida pelo Concílio Vaticano II segundo a atuação dos clérigos e dos leigos, bem como a recepção e as resistências por parte dos fiéis.

O terceiro capítulo identifica a Catedral de Nossa Senhora da Conceição como lugar e objeto da reforma; adentramos no processo histórico de patrimonialização da Igreja Matriz, compreendida como símbolo religioso e social pelos seus frequentadores. Versa ainda sobre como as transformações estéticas executadas em seu interior e como estas reverberaram na consciência e memória relacionada ao templo na perspectiva dos católicos campinenses.

No quarto capítulo demonstramos os impactos, as consequências e as contribuições da reforma no conjunto da comunidade católica; discutimos e apresentamos a imagem da Igreja local, o seu processo de evangelização, a sua abertura aos novos tempos, a continuidade de sua obra missionária no período imediato ao Concílio Vaticano II.

Ao analisar a reforma da Catedral de Campina Grande neste recorte de tempo, partimos de um lugar e de suas transformações impulsionadas pela leitura e interpretação do Concílio Vaticano II, constituindo-se nesse cruzamento a razão do nosso problema. Ao fundo desta

questão intentamos perceber o tipo de mentalidade e de visão de mundo – dentro e fora da Igreja – e como se deram as relações humanas, religiosas, políticas e sociais amalgamadas por este panorama eclesial em curso.

Através dos elementos teóricos e metodológicos que justificaram a reforma da Catedral nesse momento e dos sentimentos e reações das testemunhas ouvidas, desejamos compreender particularmente a relação desta incursão estética no lugar com a expectativa, a identidade e a memória religiosa do povo campinense.

É o nosso objetivo aprofundar como os reflexos da reforma da Catedral em Campina Grande foram sentidos pela comunidade local e como os fiéis situaram-se entre preservar as suas tradições religiosas, ao mesmo tempo em que se apropriavam da nova imagem de Igreja e do novo modo de celebrar os mistérios da fé, proposto em nome deles e de suas necessidades espirituais.

Capítulo I

CARACTERÍSTICAS DA REFORMA LITÚRGICA PÓS CONCILIAR

As transformações operadas pela reforma litúrgica emergiram de um ambiente em que se operava amplo debate trazido pelos teólogos desde o século XIX, a partir das academias pontificias, mas também do interior das dioceses e circunscrições eclesíásticas como os mosteiros e as ordens religiosas.

Os teólogos modernos estavam mergulhados em discutir os dados da revelação cristã e a comunicação dos eventos fundacionais do cristianismo para a sensibilidade dos novos tempos. Estava em curso uma reflexão teológica que propunha problematizar os manuais escolásticos e a tradição metafísica. Pretendia-se redescobrir o significado do texto bíblico em sua origem, valendo-se das contribuições do método histórico-crítico e dos gêneros literários. Em outras palavras, a teologia do século XX queria olhar mais para o agir divino entre os homens, na terra, num movimento de descida e de incursão do *ser* na *história*.

Este movimento dos teólogos ficou conhecido no mundo cristão de matriz católica ou reformada como a *nouvelle teologie*, sobretudo protagonizada pela escola francesa e alemã. Era um esforço intelectual de aplicar os conceitos modernos da filologia e da análise histórica na compreensão dos textos bíblicos e, através deste trabalho, oferecer uma hermenêutica que pudesse colocar o exegeta como intérprete, o crente como cooperador, libertando-se da vigilância e supervisão do Magistério.

Este florescimento no campo da investigação teológica estava ancorado na visão de que a verdade revelada na história do cristianismo era o resultado das sucessivas revisões dos homens ao longo do tempo. Abria-se o caminho para a discussão sobre a validade das tradições e da forma como estas eram celebradas e comunicadas no culto público da Igreja.

O advento da modernidade trouxera para o Ocidente um maior interesse pela pessoa humana e a sua singularidade no mundo, suas vidas contextualizadas, sobretudo no universo das cidades. A isto correspondia uma maior necessidade de expressão e de compreensão dos textos bíblicos pelos indivíduos, sujeitos de fé. A reivindicação pelo uso da língua vulgar na celebração já era uma questão posta por muitos grupos e associações na Igreja latina. Muitos teóricos e militantes no campo da religião defendiam uma solução ao mundo moderno que sofrera duas grandes guerras em nome do progresso e das hegemonias nacionais. Estes meios aspiravam por uma espiritualidade capaz de reunir esforços e práticas no sentido de construir uma cultura de

paz. O ecumenismo surgia como alternativa ao diálogo, à diplomacia e à superação das divisões no campo religioso e político.

Nesse contexto de produção teológica surgiram os três grandes movimentos que atravessaram o século XX até desembocarem no Concílio Vaticano II: o movimento bíblico, o movimento litúrgico e o movimento ecumênico.

O movimento bíblico procurou levar a Bíblia para as mãos do povo, oferecendo uma leitura problematizada a partir da realidade socioeconômica dos leitores. O movimento litúrgico desejou aproximar o culto cristão da Missa para a compreensão dos fiéis. Neste sentido, ir à Missa significava não mais assisti-la como expectador à distância, mas dela participar, consciente e ativamente. Por sua vez, o movimento ecumênico foi uma reação às diferentes formas de se professar a fé cristã, procurando aproximá-las a partir dos elementos comuns. Os teólogos se deslocariam do seu lugar de verdade para escutar e perceber os sinais da revelação divina em outras tradições e culturas.

Atrás destes três movimentos no interior da Igreja estava a percepção de uma prática pastoral mais ligada a *lex orandi*, ou seja, para crer era necessário fazer uma experiência do sensível e não apenas uma contemplação abstrata do mistério, dada pela piedade e pela ascese. Buscava-se ver no Cristo da fé, o verdadeiro Cristo da história, capaz de significar as esperanças humanas desse instante e na organização eclesiástica uma promotora da *civitas humana*, mais do que a óbvia civilização cristã.

Aqui podemos vislumbrar uma questão importante e fundamental ao objeto de nossa análise neste trabalho. No século XX, a produção teológica trouxe consigo um recorte teórico e metodológico que se deslocou da escolástica tomista – amparada na filosofia do ser – para uma filosofia fenomenológica – da ação – fundamentada nos teóricos modernos e na virada antropocêntrica, que marcou estes dois últimos séculos, na história do pensamento ocidental. Nessa perspectiva, a teologia volta-se para o humano enquanto sujeito que apreende a revelação divina na história, conforme as realidades provisórias do tempo e do lugar.

O fazer teológico debruçava-se sobre a libertação do homem dos sacrifícios impostos pela tarefa da santificação, eliminando a luta espiritual por um cristianismo mais independente e prazeroso. O velho *renunciar a si mesmo* do evangelho foi ressignificado por um *afirmar a si mesmo* no tempo da valorização extrema das ciências e da penetração no espírito humano dos efeitos da moderna psicologia.

Muito importante tornou-se o contato direto com as fontes e com os documentos. Através da análise dos objetos, o teólogo moderno conferia-lhe historicidade. É o momento da

autoanálise da própria instituição Igreja que se pretendia fazer e desencadear, partindo de seus clérigos e ministros, no que dizia respeito a uma maior proximidade com as realidades existenciais dos fiéis, - suas angústias e esperanças -, reconhecendo nestes o *locus* concreto de leitura da revelação divina e a sua conseqüente participação nas tarefas da evangelização. Estes movimentos na vida da Igreja Católica ao redor o mundo justificaram a realização do Concílio Vaticano II, com o propósito de abrir as janelas da instituição aos tempos modernos, realizando no seu interior uma primavera que dialogaria com o homem contemporâneo e com o seu projeto de sociedade.

Este evento histórico marcou a vida da Igreja no século XX, e no que concerne à celebração da Missa se propôs adaptar os livros litúrgicos para as línguas vernáculas, substituindo assim o clássico latim pelas línguas nacionais.

Outra operação visível da reforma foi indicar a construção de um novo altar para servir de mesa eucarística, centralizada no presbitério das igrejas. Na prática, isto significou que o sacerdote não diria mais – a partir desse contexto – a missa voltado para o altar-mor¹ e de costas para o povo, mas dirigindo-se agora para uma comunicação visual e direta com a assembleia dos fiéis que participavam da celebração.

Tratando ainda destas modificações, podemos indicar também a presença dos fiéis leigos neste espaço celebrativo do novo altar. Foram homens e mulheres comuns que passaram a assumir os ministérios da Palavra na condição de leitores, salmistas, intercessores e comentaristas. Isto significou que não somente o padre, o diácono e os acólitos instituídos assumiam as funções sacras, mas abriu-se o espaço para que as pessoas da comunidade cristã interagissem como ministros extraordinários, ao lado dos ministros ordinários.

Na prática, para dar maior circularidade aos ministros e comunicação com o povo, as igrejas deveriam realizar uma adaptação do espaço sagrado da celebração. Necessário era construir a mesa eucarística no centro do presbitério, uma vez que o sacerdote a partir desse momento celebraria a missa, voltado para a assembleia, com ênfase para o mistério pascal de Cristo. Mais adiante, ainda mais próximo dos fiéis, construir o *ambão*, mesa da Palavra, para evidenciar a excelência da proclamação dos textos e da homilia, parte estruturante e obrigatória da celebração.

¹Altar-mor é o altar principal das Igrejas, geralmente construído em alvenaria ou pedra, fixo na parede ao fundo do presbitério. Nele, o sacerdote, antes do Concílio Vaticano II, rezava a Missa, sem comunicação visual com o povo. Presbitério. Nele, o sacerdote, antes do Concílio Vaticano II, rezava a Missa, sem comunicação direta e visual com o povo.

Entretanto, ocorreu em muitas regiões a decisão sumária de subtrair o altar-mor e os altares dos santos, numa espécie de contraposição ao novo altar. Ora, isto provocou muitas indignações dos fiéis e dos colaboradores aos quais estes lugares significavam memória, pertencimento afetivo e valor patrimonial.

Conforme Guilherme Schubert, que estudou a adaptação das Igrejas existentes à liturgia renovada, surgiram dificuldades para realizá-la:

“Todos nós assistimos ao que aconteceu em seguida ao Concílio: resistência de alguns; precipitação de outros; fúria iconoclasta, vendendo estátuas, alfaias, paramentos, móveis; destruição de obras de insigne valor artístico; colocação de peças novas, absolutamente inadequadas ao ambiente; revolta e reclamação do povo e das autoridades religiosas e civis competentes; progressiva calma e reflexão; maior cuidado artístico, histórico e pastoral; criações e soluções adequadas à tarefa, considerando as suas múltiplas facetas” (SCHUBERT, 1977. p. 149)

Ao que parece, Schubert quer chamar-nos atenção para o fato de ter ocorrido, na recepção da reforma litúrgica no Brasil, duas mentalidades que se conflitaram na busca de soluções para as necessárias adaptações: a primeira, apressada e violenta; a segunda, mais gradual, prudente e com sensibilidade histórica.

A reforma litúrgica foi recepcionada para dar prosseguimento à agenda pastoral que o Concílio Vaticano II estabelecera. Contudo em sua realização, surgiram evidentemente adequações mais sensatas que se harmonizaram com o espaço sagrado já existente, e por outro lado, projetos mais frívolos que puseram em desconstrução, importantes elementos do patrimônio material e simbólico das igrejas, deixando parte das comunidades de fé em crise e a opinião pública divergente quanto a esta operação nos espaços consagrados da tradição cristã.

Observamos que o espírito e as motivações profundas da reforma não pretendiam criar tensão, dúvidas ou animosidade no seio da comunidade católica, mas concretamente, se propuseram promover a maior participação, comunhão e consciência dos fiéis em torno dos mistérios salvíficos celebrados, há muito tempo desejada. Porém, a sua confecção, o seu projeto técnico, nem sempre equilibrado e moderado, causou muitas turbulências dentro e fora do corpo da Igreja.

Vejamos o que ocorreu, neste contexto, em Campina Grande.

Capítulo II

A REFORMA DE 1964 EM CAMPINA GRANDE

Em Campina Grande os ventos da reforma litúrgica começaram a soprar quando em 15 de agosto de 1964 o Monsenhor José Bonifácio Araújo² anunciou a demolição do altar-mor de Nossa Senhora da Conceição, construído em 1887, feito em mármore Carrara, nos termos assim justificados:

“Com vistas às solenidades do Centenário da cidade, a realizar-se no dia 11 de outubro próximo, foi lançada, nesta data, a campanha pró-reforma da Catedral. Consta a referida reforma de novo piso, pintura, serviço de som, retalhamento e destruição de todos os altares laterais conservando, no entanto, as imagens” (Tombo III, fl. 04)

Quando falamos de uma Igreja em mudança, estamos nos referindo a toda uma compreensão de renovação eclesial, que a leitura e a recepção do Concílio Vaticano II operaram em Campina Grande, e de modo mais amplo, no Brasil e na América Latina.

Tratamos de um momento em que a instituição procurou fazer uma releitura de suas estruturas, um deslocamento na sua forma de estar presente e de atuar na vida concreta das pessoas, com suas múltiplas aspirações. Estamos olhando um cenário de Igreja que desejou mais *ensinar* do que *sentenciar*, quis mais *servir* mais do que *autocontemplar-se*. Destaquemos alguns exemplos desta presença renovada, a que tanto se referem os padres conciliares no Vaticano II, vistos no espaço geográfico e pastoral da Catedral de Campina Grande.

“No Alto Branco começa a construção do artesanato sobre a laje que sobe as salas de aula. A importância que se requer para as despesas da obra é obtida, em boa parte, pelas zeladoras ao apostolado da oração, tem sido ajuda do governo, através do plano nacional de educação. O artesanato se destina ao aprendizado de artes domésticas – para as moças – e ofícios úteis aos rapazes. Esta é a maneira de a paróquia ajudar aquela comunidade operária a se promover. (Tombo III, fl. 05)

Percebemos aí um deslocamento do centro à periferia urbana. Uma Igreja que se percebe no mundo, envolvida com os anseios e as angústias da comunidade, inclinada a responder os desafios impostos pela dureza da vida, aos mais pobres e marginalizados. Esta ação pastoral da

² Monsenhor José Bonifácio Franklin Araújo foi empossado como pároco da Catedral no ano de 1958 pelo segundo bispo de Campina Grande, Dom Otávio Aguiar. Exerceu o paróquiato na condição de “inamovível”, isto é, sua nomeação estava reservada diretamente à Santa Sé Apostólica, em razão do seu ofício substituir o bispo eleito para Pesqueira, Monsenhor Severiano Mariano, o seu antecessor na paróquia. Monsenhor Bonifácio permaneceu no cargo até 1967, quando voluntariamente afastou-se do ministério sacerdotal.

Igreja apoiava-se naturalmente na abertura e na interpretação trazida pelos princípios conciliares. Na prática, os clérigos estavam atentos à realidade do povo, sobretudo quanto às desigualdades sociais e a capacidade da instituição católica reagir a este estado de coisas. A este respeito, observa O'Malley (2014):

“O Vaticano II foi sem precedentes na história pela atenção que deu a mudanças na sociedade em geral. (...) Reconheceu que uma profunda mudança na consciência humana estava acontecendo na substituição de um conceito estático da natureza por um conceito dinâmico e mais evolucionário. Além disso, reconheceu que essa situação inconstante levantava novos problemas que a Igreja e a sociedade em geral tinham de enfrentar. Deixou claro que a Igreja está no mundo de hoje – não acima dele, não abaixo dele, não a favor dele, não contra ele. Portanto, como todos os demais no mundo, a Igreja deve assumir seu quinhão de responsabilidade pelo bem-estar do mundo, não simplesmente denunciar o que acha errado. (O'Malley, p.309)

Contudo, observemos as dificuldades internas, nesse processo de aproximação da Igreja com as necessidades dos mais humildes e desafortunados. A ação pastoral do vigário da Catedral dava contornos de uma ação missionária, voltada para comprometer a Igreja com o exercício da caridade e com a defesa dos desprotegidos, diminuindo a distância entre os grupos sociais da paróquia. O Padre Bonifácio por ocasião da Páscoa de 1964 fez menção a certos desconfortos na comunidade em razão de uma celebração específica para as empregadas domésticas, por ele idealizada e realizada.

“Realizou-se mais uma páscoa das empregadas domésticas. Foram preparadas por um tríduo de palestras que giravam em torno da valorização do ofício destas moças. Foi o suficiente para se levantar um clamor das patroas contra o vigário. Após a páscoa foi promovido um passeio de confraternização com excelentes resultados para o entrosamento do pessoal. (Tombo III, fl. 03)

Para além desta ousada atitude pastoral do Pe. Bonifácio, a reforma física da Catedral, programa estratégico da sua atuação pastoral em vista de uma Igreja renovada, só foi realmente levada a cabo na Páscoa de 1968, quando este não respondia mais pelo ofício de pároco. Os serviços do culto litúrgico dominical foram provisoriamente transferidos para a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, na Rua José Bonifácio (Antiga Rua Amazonas). Nesse momento, a Catedral permaneceu completamente interditada durante um ano, para as pretendidas obras, conforme citou o Pe. Gerônimo Vilar em seu registro:

“Logo após a Páscoa fizemos a mudança dos cultos para a Igreja de Nossa Senhora do Carmo na Rua José Bonifácio (antiga rua do Amazonas). Os serviços do templo tiveram início propriamente dito pelo meses de maio. A substituição da cobertura de telhas de alvenaria por telhas de fibra; a madeira praticamente foi toda substituída. O fôrro foi um aplicação moderna de cimento armado classificado de pré-moldado”. (Tombo III, fl. 21)

Com base na documentação examinada através do Livro Tombo, não encontramos nesse instante, nenhuma menção diretamente relacionada à subtração do altar-mor e dos altares laterais

dedicados aos santos, como também não se registou a construção do novo altar, adaptado às recomendações do Concílio, principal elemento da reforma interna do templo.

O que podemos compreender é que a Catedral reaberta em maio de 1969, estava significativamente alterada no seu conjunto interior: o altar-mor e os altares dos santos – oitocentistas – não existiam mais em seus lugares, as imagens estavam redistribuídas em menor número, o forro substituído por cimento armado e com aspecto inacabado, a mesa eucarística ao centro do presbitério direcionada aos fiéis e a missa rezada em português, como determinara o Concílio – além dos sacerdotes e ministros, paramentados com visível despojamento, quanto às vestes e sinais exteriores.

Documentalmente vemos apenas que no dia do centenário de emancipação da cidade, celebrado em 11 de outubro de 1964, narrou o vigário que a missa foi campal em virtude da Catedral encontrar-se fechada para a reforma. Teria acontecido a demolição dos altares no ínterim de agosto a outubro daquele ano como anunciara o Pe. Bonifácio ao lançar a campanha pró-reforma? Não sabemos precisar. Atentemos às suas colocações reportadas ao acontecimento:

“Aí, perante um altar-monumento se celebrou a missa campal e se fez, em seguida, a consagração da cidade ao Coração de Jesus. A Catedral, em reforma, não abriu suas portas aos fiéis” (Tombo III, fl. 5)

O que podemos captar desta subtração dos altares, chegou ao nosso estudo, pelas vozes do povo, como ouvimos no depoimento de Severina Gomes dos Santos (Dona Vivi), 97 anos, residente à Rua Deputado José Tavares na Feira Central.

“Eu achava bonito os altares, os santos. Eu era do tempo que pedia a bênção a eles. Achava lindo, sinto muita saudade. Muita gente vinha à Campina Grande e ia lá para conhecer. Quando foi retirado, muita gente não gostou porque toda a vida teve os altares naquele lugar. O povo aqui de Campina é besta, deixa fazer tudo o que querem! O povo ficou dividido, gente a favor, gente contra. Muita gente ficou com raiva do padre” (Entrevista em 23/04/2019)

As mudanças pastorais em curso, realizadas para promover a participação dos fiéis, nem sempre foram compreendidas por estes, como um benefício. Observemos que, quando se tratou de alterar costumes e tradições eminentemente religiosas, houve certo arrefecimento e questionamento, por parte da população. É o caso da mudança na Jornada de São José, que os homens realizavam tradicionalmente no dia 19 de março. Houve resistências à novidade.

“Este ano o Vigário deslocou o tradicional momento religioso de homens para a Paróquia de São Francisco, onde se preparava uma páscoa para homens. Assim a

jornada passava a ser um ato de fé menos inconsciente. Por ser uma semana após o dia 19, muitos deixaram de fazer sua Páscoa por ter mudado o dia...” (Tombo III, fl. 1)

No ano seguinte, em 18 de março de 1965, confessa o Padre Bonifácio:

“O movimento tende a se esvaziar. A experiência do ano passado não foi seguida: três dias de palestras com esclarecimentos. Compareceu um regular número de homens, quase todos dos bairros. A maioria não faz sua comunhão. Mas todos apreciam a procissão. (Tombo III, fl. 07)

A experiência das *palestras* e dos *esclarecimentos* *teriam* teria esvaziado a tradicional devoção a São José? O desejo pela *procissão*, não seria uma vontade expressa de manifestar o sentimento religioso, peregrino e oracional do povo? Seria possível celebrar a festa de São José, eliminando o elemento simbólico da *procissão*, tão cara à religiosidade popular? Estas perguntas sugerem, problematizarmos as razões pelas quais, aquela ação dos pastores de almas, direcionada decididamente em nome do povo, em alguns momentos não foi por ele assimilada e assumida.

No que se refere à forma, como as novenas da padroeira – a Imaculada Conceição, padroeira da cidade – foram realizadas, podemos ver como a acolhida às novidades, mas também as resistências se entrelaçaram no mesmo ambiente. Como vimos anteriormente, estava em processo uma ênfase maior para a leitura da Palavra, ou seja, o aprofundamento bíblico. A tradicional procissão mariana deu lugar para uma *romaria* com um tom mais cristológico e pascal. Vejamos o relato do Vigário Bonifácio em 08 de dezembro de 1965.

“Em vez do novenário que estava cada ano, mais desenvolvido – o pároco organizou um tríduo com temas sobre Nossa Senhora na Bíblia, sob os cuidados do missionário Padre Gabriel. Houve melhores frutos. Não se fez também a procissão. Substituiu-a uma romaria matinal, às 5 horas, para o Alto branco. Os homens conduziram uma grande cruz aos ombros. Lá, diante da imagem da padroeira foi concelebrada a missa e o missionário fez sua pregação de encerramento. A comunhão foi dada nas duas espécies. O clima ameno da manhã, a penitência da caminhada a pé subindo o monte, a prece e os cantos, os trechos bíblicos lidos pelo serviço de som ambulante, a paisagem que do alto se descortinava em todas as direções, tudo contribuiu para que os presentes – que eram numerosos – participassem intensamente desta nova maneira de homenagear a Imaculada Conceição de Nossa Senhora”. (Tombo III, fl.10)

Logo adiante, em 08 de dezembro de 1966, o mesmo Vigário constata:

“Com um tríduo de pregação bíblica foi feita a preparação da festa da padroeira com muito pouca participação. A comemoração das festas da Imaculada Conceição foi através da Romaria matinal ao Alto Branco, onde houve a celebração da Palavra, a missa e comunhão” (Tombo, fl.17)

O sentimento comemorativo e quase poético do Padre Bonifácio, ao enunciar a primeira *romaria* de Nossa Senhora para o Alto Branco – romaria esta, que havia substituído a tradicional procissão do dia 08 de dezembro –, parece contradizer-se com a sua decepção transcrita no ano seguinte ao afirmar que houvera *muito pouca participação*. O *muito* utilizado em sua escrita para

acentuar o *pouco* da participação dos fiéis, parece reduzir ainda mais, o quantitativo dos presentes e a importância da celebração. O que estaria acontecendo no senso dos fiéis católicos campinenses?

Ainda sobre a resistência popular, a não admitir a supressão de atos devocionais, tradicionalmente arraigados na sensibilidade local, como foi visto no caso da procissão, vemos esta curiosa insatisfação no registro de 23 de março de 1964.

“Chuvas copiosas impediram que se realizasse a célebre e popular procissão do Senhor Morto. Durante todo o dia houve preparação e só à saída da procissão as chuvas caíram. O povo não entendeu porque assim mesmo não se fez a procissão. Os padres foram severamente criticados. (Tombo III. fl. 2)

Ao dizer que os *padres foram severamente criticados*, o vigário admitiu que o povo em seu cotidiano e observação, sentia no íntimo dois desejos, que em si mesmos não se repeliam, mas ao contrário, felizmente se encontravam: o abundante inverno – anunciando fartura e colheita – e a imagem do Senhor Morto em seu movimento processional, pelas ruas da cidade, traduziam em suas expectativas, a celebração harmoniosa da vida que se manifestava e renascia para todos. Subtraindo a procissão, em nome de uma pretensa consciência eclesial mais militante e menos devocional, os clérigos, naquele instante interpretaram parcialmente a expectativa do rebanho.

Prosseguindo na compreensão das mudanças implementadas, na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, analisemos com base nas fontes documentais de seu acervo, a importância da leitura bíblica, organizada em círculos populares e nas casas. Sobre a relevância da Palavra de Deus na vida dos fiéis, assim descreve, o vigário Bonifácio em agosto de 1965:

“Um ponto bem positivo da ação missionária foi a constituição dos Círculos Bíblicos. Uma verdadeira multidão distribuída em dezenas de lares se reúne semanalmente para um estudo melhor da pessoa do Cristo através da reflexão evangélica. Nota-se uma sede do povo para conhecer a sagrada Escritura” (Tombo III, fl. 9)

Essa preocupação em levar a leitura da Bíblia para o povo estava intimamente ligada ao programa do Concílio Vaticano II, e do seu claro desejo, de favorecer aos fiéis um contato mais pessoal e direto com a Sagrada Escritura. Assim, narra a *Constituição Dogmática Dei Verbum* sobre a Revelação Divina (1963):

“Do mesmo modo, o Sagrado Concílio exorta, de maneira insistente e particular, todos os fiéis, mormente os religiosos, a que aprendam a ‘imminente ciência de Jesus Cristo’ (Fl 3,8) com a leitura frequente das divinas Escrituras. “Desconhecimento da Escrituras é desconhecimento de Cristo”. De boa vontade, tomem contato com o próprio texto, quer através da sagrada liturgia, rica de palavras divinas, quer pela leitura espiritual, que por meio de cursos apropriados e outros meios que nos tempos atuais se vão espalhando tão

louvavelmente por toda parte, com a aprovação e estímulo dos Pastores da Igreja. Lembrem-se porém, que a oração deve acompanhar a leitura da sagrada Escritura; pois ‘com ele falamos quando rezamos, e a ele ouvimos quando lemos os divinos oráculos’ (Dei Verbum, n.25)

Com relação à celebração anual da Semana Santa, ponto alto do calendário cristão, podemos visualizar algumas alterações, e como estas foram sentidas, em abril de 1965:

“Toda em português, com a colaboração dos irmãos maristas e das religiosas, a Semana Santa pode ser melhor sentida pelo povo” (Tombo III, fl. 8)

A compreensão deste deslocamento, para tornar a celebração litúrgica mais compreendida e inteligível aos fiéis, conduziu a prática pastoral em Campina Grande a regulamentar para os fiéis, as novas formas na assistência do sacramento da penitência, bem como estender os atos solenes da Páscoa, para novos espaços públicos da cidade, conforme o relato da celebração da Semana Santa, em março de 1966.

“Nos três primeiros dias da semana, em três horários diferentes, as moças, as senhoras e os homens se preparavam para a comunhão pascal através da confissão comunitária. Na quinta-feira, ordenou-se Gerônimo Vilar. Graças a este novo sistema foi possível atender a um número bem maior de penitentes, ao mesmo tempo em que se fez um trabalho mais consciente e profundo – em vez da procissão do Senhor Morto, foi realizada, no Campo do Treze, uma impressionante Via-sacra”. (Tombo III, fl. 13)

Observamos que uma mudança significativa, na prática pastoral desse momento, foi a introdução da confissão comunitária para os grupos de fiéis, ou seja, a utilização do confessionário e a forma tradicional da confissão auricular, foram deslocadas para nova metodologia. Chama-nos ainda a atenção, o fato do vigário registrar em sequência *moças, senhoras e homens*, que se preparavam para a confissão. Nota-se uma incipiente e audaciosa mentalidade de valorização da mulher, numa década em que a maioria das sociedades modernas estava rediscutindo o lugar do feminino na família, na sociedade e por consequência também na Igreja. A esta compreensão das mudanças e mentalidades, afirmou Maria Rodrigues da Silva, conhecida por Isaurina, residente no bairro José Pinheiro, à época integrante da JOC – Juventude Católica Operária, sob a direção espiritual do Pe. Bonifácio:

“Nós íamos à vários Congressos da JOC com o Pe. Bonifácio. Pra mim era um momento de lazer e de conhecer outros lugares, como foi em Fortaleza. Campina Grande naquele tempo, ainda não tinha tantas fábricas, mas a juventude operária era um movimento que dava oportunidade das moças do interior saberem o que estava se passando no mundo” (Entrevista em 20 de abril de 2019)

Na medida destes acontecimentos locais, Dom Manuel Pereira da Costa (3º Bispo diocesano), sucessor de Dom Otávio Aguiar, encontrava-se empenhado na realização do Concílio Vaticano II, como delegado e representante constituído da Igreja campinense, conforme podemos verificar em 14 de setembro de 1965.

“O Sr. Bispo partiu para tomar parte na IV Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II em Roma, nesta data. Todos os que amam a Igreja alimentam a esperança de que este Concílio venha realmente colocar a Igreja à altura das necessidades do mundo presente” (Tombo III, fls 9.10)

Outro aspecto destas mudanças são as chamadas *Peregrinações da Juventude*, que ocorreram simultaneamente à festividade da Imaculada Conceição, no dia 08 de dezembro, pela parte da manhã. Tratava-se de uma estratégia pastoral, para atrair e congregar os estudantes de todos os colégios, coincidindo com a conclusão do ano letivo escolar.

“O itinerário foi do Colégio das Damas ao Gresse. Distribuídos em filas de 3 e um pelotão de nove, eles caminhavam discutindo o tema: a fuga dos jovens para o casamento (o assunto foi sugerido pelo grande aumento de fugas constatadas ultimamente). Ao meio da caminhada todos se sentavam e o assunto discutido foi debatido em comum por todos e um apalavra final do padre encerrava esta primeira parte. Continuaram a marcha entoando salmos. No Gresse, houve a celebração da missa, almoço e durante a tarde, show e dança. O encerramento final foi dado por um leigo e um padre acerca da responsabilidade dos jovens no mundo que se constrói, com ou sem a presença dos cristãos (Tombo III, fl. 11)

Observemos que em paralelo à tradicional catequese da Igreja para a preparação e realização do matrimônio, estava acontecendo a abertura de espaços para a reflexão dos jovens sobre conceitos como *liberdade*, *opções de vida* e *visões de mundo* – numa década em que a chamada *revolução sexual*³ pautou esse debate no panorama da cultura ocidental. O questionamento acima sobre a instituição *casamento* parece indicar essa problemática no contexto local.

É possível que a cidade estivesse nesse momento de sua vida cultural debatendo nos círculos do mundo acadêmico-escolar questões relacionadas a força dos costumes tradicionais na escolha para o casamento. Como observou Elpídio de Almeida (1979) em sua *História de Campina Grande*, ao afirmar que os matrimônios negociados pelos pais, impunha aos jovens, o sufocamento dos afetos e em consequência disso, assistia-se o recurso dos *raptos consentidos*, como única saída ao desencontro de interesses.

“Era comum naqueles tempos acertarem os pais o casamento das filhas, mal chegavam à puberdade, por conta própria, sem ouvi-las, sem consultá-las, sem auscultar-lhes as afinidades afetivas, despertadas com a mudança da idade. Procediam friamente, calculadamente, como se estivessem realizando um negócio. A escolha recaía de preferência em elemento da família, de hábitos conhecidos, possuidor de alguns bens, pouco importando a idade e o aspecto (...). Quando acontecia não querer a moça sujeitar-se ao sacrifício, decidindo-se heroicamente atender aos impulsos do coração, havia um recurso, extremo e perigoso, o da fuga com o seu escolhido, correndo ambos

³ A revolução sexual foi uma perspectiva social que desafiou os códigos tradicionais de comportamento relacionados à sexualidade humana e aos relacionamentos interpessoais. O fenômeno ocorreu em todo o mundo ocidental dos anos 1960 até os anos 1970. Desenvolveram-se neste panorama cultural novos códigos de comportamento sexual.

os riscos de uma perseguição desapiedada. O *rapto* era a salvação dos namorados contrariados”. (ALMEIDA, pp.139)

Contudo essa discussão acerca da juventude, proposta pela pastoral renovada, tende a conflitar com outros sentimentos e expectativas. Percebemos que o intento eclesial, introduzido nesse instante, contrastava algumas vezes com um ideário sobre a família, permeada de tradições, que não estava disposta a renunciar seus valores de referência. Se há por um lado a abertura do povo, - particularmente, dos jovens mais reformistas e modernos - às novidades metodológicas promovidas pelos clérigos, há concomitantemente, uma retração subsequente, conforme vemos na realização da II Peregrinação da Juventude em dezembro de 1966:

“No mesmo dia da Imaculada Conceição foi realizada a II Peregrinação da Juventude, saindo das Damas para o Campinense Clube. Com menos participação que no ano anterior, houve, porém, mais vivência do tema: Ano Colegial 1966.” (Tombo III, fl. 17)

Quanto à mobilização dos estudantes, a atividade teve início na percepção da Igreja e do seu projeto reformador de que era importante fomentar novas lideranças, investindo nas forças jovens da cidade, que num futuro próximo, oxigenaria as estruturas que se pretendia renovar. Em abril de 1964, assim registra o Monsenhor Bonifácio:

“A paróquia estava precisando de olhar mais para seus adolescentes. Quase sempre é uma idade esquecida. Embora muito precisada de orientação e ajuda. Partindo desta constatação, o pároco, através de uma jovem organizou o que entre eles se chamou de MIC, ou seja, Mocidade Idealista Cristã. Com reuniões aos sábados, são debatidos temas de interesses deles, sugeridos pelo próprio grupo. A parte recreativa está planejada em termos de passeios e “assustados” em suas residências ou na sede da Ação Católica. O grupo é uma esperança de futuros dirigentes da comunidade devidamente conscientizados” (Tombo III. fl. 3)

A autoridade eclesiástica intentava oferecer espaços, para que a juventude encontrasse na Igreja, o lugar possível à sua expressão. No termo *futuros dirigentes da comunidade devidamente conscientizados*, empregada pelo Pe. Bonifácio, antevemos o desejo de renovação das lideranças comunitárias, que passava necessariamente pelos mais jovens.

Em estreita sintonia com o espírito conciliar, o vigário da Catedral de Campina Grande, deixa-nos transparecer que o catolicismo estava passando por uma renovação profunda, em sua prática litúrgica, comunitária e social. As palavras de ordem são: consciência, pessoa, organização, comunidade, ação, juventude, leigos, estudantes, mulher, bíblia, direitos, debate, participação e esclarecimento.

As festas como a Imaculada Conceição, São José e Páscoa eram aproveitadas para introduzir temas formativos quanto à catequese, bíblia, eclesiologia e a participação ativa na vida comunitária. A evangelização no seu conjunto deslocava-se de um pólo devocional, vertical e

metafísico para um plano mais horizontal e historicizante, incorporando o cotidiano das pessoas, especialmente, problematizando as questões de promoção humana e social.

De acordo com a sensibilidade pastoral desse momento, a Igreja estava no mundo e em missão contínua; percebia-se ela própria mais desinstalada e provisória. Na sua apresentação pública, ela era menos normativa, sacramentalista e triunfante, procurando escutar as vozes da rua, particularmente dos mais pobres, como vemos na organização proposta às empregadas domésticas, aos jovens da periferia urbana, aos estudantes e aos homens da Jornada de São José.

Retomando o âmbito das transformações estéticas, como indicativas dessa pastoral mais aberta ao mundo, e comprometida com as necessidades do povo, voltemos ao significado dos altares, no espaço sagrado da Catedral.

O altar-mor e os altares dedicados aos santos, foram zelados inicialmente, pelas beatas da Casa da Caridade fundada em Campina Grande pelo Pe. Ibiapina⁴. Havia atrás da Igreja Matriz, um jardim cultivado pelo Monsenhor Sales, de onde as mesmas beatas recolhiam as flores necessárias à ornamentação semanal do templo. Mais tarde, com o desaparecimento destas, foram as famílias da cidade e as zeladoras do Apostolado da Oração, que aos sábados assumiram este ofício.

“Enquanto Monsenhor Sales foi o nosso querido vigário, a conservação da Igreja, era aos cuidados do Sr. Anacleto Eloy, o eficiente sacristão. Quanto aos altares, eram cuidadosamente limpos e ornamentados pelas beatas da casa de caridade, as quaes, fabricavam hóstias, todos os paramentos dos padres e entoavam os hinos religiosos. No jardim da própria Igreja, existia um belo jardim, de onde as beatas colhiam flores para ornamentação belíssima dos altares. Passam os tempos. Tudo se transforma. A Casa de Caridade desapareceu, as velhas beatas faleceram. Senhora religiosas da nossa cidade, assumiram a reponsabilidade da conservação dos 16 altares, ficando cada altar com a sua respectiva zeladora”. (Diário Pessoal de Esmeraldina Agra)

Os altares da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foram construídos e conservados a partir das doações dos fiéis e da colaboração de notáveis, como destaca Esmeraldina Agra em suas memórias. (1992):

- Dr. Irineu Ceciliano Pereira Joffily, altar de Santo Irineu.
- Dr. Chateubriand Bandeira de Melo, altar de Santo Antônio.

⁴ Em 25 de agosto de 1868 foi fundada a Casa de Caridade de Campina grande. Construída nos moldes primitivos de casa grande, e sendo, talvez a menor de quantas o Padre Ibiapina construiu no Nordeste. Constava de quartos e salas, em geral com a forma retangular, que serviam a da frente para locutório ou receber visitas e a segunda, em geral no centro da casa, para a as refeições e, depois disso, para os trabalhos manuais, costura, escola, onde aprendiam a tecer, ler e contar. A casa, não tinha fôrro, possuindo dois poços com água potável, da qual abasteciam-se e lavavam roupas.

- Cel. Aquilino Rodrigues de Souza Magalhães, altar-mor de Nossa Senhora da Conceição.
- Tenente Coronel Honorato da Costa Agra, São Sebastião.
- Rosa Vieira Rique, altar de São José.
- Mocinha Alves de Oliveira, esposa de João Alves de Oliveira, altar de São João Batista.
- Anália Castro de Arruda, esposa de João Arruda, altar de Nossa Senhora das Dores
- Porfíria Montenegro de Souza Campos (Yayá), viúva do Dr. Afonso Campos, altar-mor de Nossa Senhora da Conceição.
- Laura Bezerra, esposa de Otaviano Bezerra, altar de Nosso Senhor dos Passos.
- Virgínia Cavalcanti, esposa de Francisco Cavalcanti, altar de São Miguel Arcanjo.
- Dr. Joaquim Xavier de Moraes Andrade e esposa Antônia Moraes (Toinha), altar da Sagrada Família
- Ernestina Dantas, altar de Santa Luzia.
- Benvinda do Ó, esposa de Malaquias do Ó, altar de Santa Madalena.
- Marieta Trigueiro, altar de Jesus Ressuscitado.

Como vemos no decurso histórico da patrimonialização da Matriz, estiveram representadas pessoas, famílias, histórias de vida, que se expressaram no próprio simbolismo estético do lugar. Um exemplo desta afirmação, é a narrativa detalhada de Esmeraldina, para explicar o altar de São Sebastião, fruto de uma promessa cumprida ao santo pela proteção contra a epidemia de *cólera morbus*, que assolou Campina Grande e região.

“A imagem de São Sebastião da nossa Matriz foi doada em 1856 pelo nosso bisavô Tenente Coronel Honorato da Costa Agra, pagando uma promessa que fez durante a epidemia do cólera que vitimou centenas de pessoas. Segundo ele, se não morresse ninguém da família Agra, doaria a imagem de São Sebastião. Alcançando a graça, cumpriu a promessa. A imagem veio em procissão da fazenda até Campina Grande, todos acompanhando a pé. Dizia nossa mãe que, muitos da nossa família foram acometidos pelo cólera, mas ninguém morreu da tão falada epidemia. Curavam os doentes com purgante e homeopatia do Dr. Sabino (Diário pessoal de Esmeraldina Agra)

Observamos que *estudantes, empregadas domésticas, homens devotos e gente simples* motivada pela liderança religiosa dos clérigos, identificavam-se com a prática pastoral renovada e solícita, e, sobretudo favorável às suas demandas, embora nem sempre acatassem de bom grado as alterações das práticas litúrgicas e devocionais – arraigadas em suas almas – realizadas em nome desta mesma motivação integradora.

Paralelo a estas aspirações, encontravam-se sujeitos que eram advindos da tradição familiar, do prestígio social urbano e da conservação destes espaços sagrados, para quem a desconstrução dos altares, representou um prejuízo de suas identidades, memórias e valorização simbólica.

É neste ambiente humano e eclesial, que se entrelaçaram desejos e representações distintas, na busca de preservar o lugar de memória e de celebração comunitária da fé. Neste

contexto ocorreu a reforma da Catedral, iniciada em agosto de 1964 e concluída em maio de 1969.

Capítulo III

A CATEDRAL COMO ESPAÇO E OBJETO DA REFORMA

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Campina Grande, foi criada no dia 08 de dezembro de 1769, por decreto do Bispo de Olinda Dom Francisco Xavier Aranha. Neste decreto, o Ordinário justifica tal criação, para atender às necessidades espirituais e a grande extensão territorial da população de Campina Grande, na Capitania da Paraíba do Norte.

A elevação da Capela, ali existente, à dignidade de Igreja Matriz foi um desmembramento do território da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri.

Em 1887, ocorreu neste espaço uma grande reforma, empreendida pelo Monsenhor Sales. A igreja humilde, talvez uma das menores da Diocese de Olinda⁵, foi totalmente reconstruída. É neste momento histórico que se definiu o formato externo que chegou aos dias atuais, com suas duas torres e a fachada em linhas neoclássicas. Este acontecimento deu destaque e beleza ao templo e acompanhou o natural processo de crescimento da urbe, conforme assinala Boulanger de Albuquerque Uchôa (1964), louvando a decisão e a engenhosidade do vigário local.

“De feição inestética, porque a sua construção remontava aos tempos da fundação da povoação, constituiu de logo, uma séria preocupação para o espírito do novo pároco as reformas que lhe eram precisas introduzir, para transformá-la num templo mais rico e mais soberbo na Província, como realmente, o tornou” (UCHÔA, p.70)

Com estas incursões, a Igreja foi forrada a estuque, aberta em arcadas o seu corpo e a capela-mor e iniciada a construção do altar-mor. Nesse momento, foram também construídos os altares laterais, dedicados a Santo Antônio, Santo Irineu, São Miguel, São José, São Sebastião, São João Batista, Nossa Senhora das Dores, Santa Luzia, Nosso Senhor dos Passos, Nosso Senhor Morto, Santa Ana e Sagrada Família.

No relato do próprio Vigário Sales, a Igreja Matriz de Campina Grande estava inacabada e não refletia o desenvolvimento do lugar. Foi com este intento que no dia 27 de dezembro de

⁵ Nessa época a vasta região da Borborema e dos Cariris paraibanos estava eclesiasticamente relacionados à Sé arquiépiscopal de Olinda. As freguesias de São João do Cariri, Ingá e Alagoa Nova já existiam com seus respectivos párocos residentes. Mais tarde em 1892 o Papa Leão XIII criou o Bispado da Paraíba, desmembrado de sua origem pernambucana. Foi Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques, o primeiro bispo empossado.

1887, ele fez chegar à cidade, acompanhado de cerca de mil pessoas, o Frei Venâncio Maria de Ferrara, missionário capuchinho, com o fim de realizar uma missão. A respeito da presença do frade e dos resultados deixados por ele, comenta o pároco:

“Não se limitaram somente nos frutos espirituais eza fecunda missão, porquanto dando a Matriz desta cidade acanhada e não estando além disto acabada, pois faltavam os dois corredores e uma sacristia. Apesar da retirada do missionário o bom povo desta freguesia no desejo de verem esta cidade dotada de um templo digno de sua excelsa padroeira e que ao mesmo tempo revelasse a fê e piedade de seus habitantes, não arrefeceu e assim vemos hoje em bôa altura duas torres, cobertos os corredores e sacristia, abertas em arcadaz o corpo da igreja e capella mor” (Tombo II. p.24)

Faz-se importante ressaltar que a força e o prestígio do Monsenhor Sales⁶ recebia do meio político e social, o seu apoio e fundamento; características estas que lhe valeram e possibilitaram-lhe todo trabalho de reconstrução da Matriz. Carismático e de fácil comunicação com seus fiéis e demais personalidades, foi assim descrito por Artur Aquiles, do *Jornal O Comércio*, editado na Capital do Estado, em sua visita à Rainha da Borborema.

“O esplendor desse templo deve-o a população ao virtuoso vigário Luiz Francisco de Sales Pessoa, incansável na promoção de todos os melhoramentos da cidade e, sobretudo muito cioso da sua Matriz. É ele um sacerdote estimadíssimo por suas qualidades morais e sobremodo acessível. O Vigário Sales não é um homem vulgar. Salienta-se, destaca-se da regra geral do clero e impõe-se à estima pública por dedicar-se à sua religião sem hipocrisia e por dirigir o seu povo com carinho amor excessivo, sem o menor intuito de jungi-lo aos seus interesses pessoais pelo fanatismo” (Esmeraldina Agra. Diário. p.2, transcrevendo a matéria do Jornal “O Comércio”)

Ainda nas anotações de Esmeraldina Agra, percebe-se a importância dada à Igreja Matriz de Campina Grande, no contínuo cuidado e manutenção, por parte das famílias tradicionais e colaboradores diretos da sociedade campinense, através das zeladoras dos altares.

“As mulheres que se responsabilizavam pela conservação dos altares, executavam suas tarefas no sábado à tarde. A nossa Matriz ficava um verdadeiro Céu terrestre. Hoje, só a saudade ficou...” (Diário Pessoal de Esmeraldina Agra)

A Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na perspectiva social, constituiu-se desse modo como um lugar de representação simbólica da emergente classe média urbana. No discurso do sepultamento do Monsenhor Sales, após a oração fúnebre, assim dirigiu-se o médico Dr.

⁶ Monsenhor Luís Francisco de Sales Pessoa foi o 16º pároco na relação dos Vigários da Igreja Matriz de Campina Grande. Natural do município de Areia, nasceu em 1847 no Engenho Cipó. Fez os seus estudos no Seminário de Olinda e recebeu a ordem sacra do presbiterato a 17 de março de 1877 pela imposição das mãos do bispo mártir de Pernambuco, dom Vital Maria de Oliveira. Atuou na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, durante longos quarenta anos no período de 1887 à 1927, quando do seu falecimento. Com a prévia licença do Ordinário Diocesano militou na política paraibana, tomando parte como Deputado Provincial do Partido Liberal em 1888. Foi eleito e preconizado em 1899, bispo da Diocese do Maranhão, cargo ao qual renunciou, preferindo permanecer em campina Grande, com suas atividades sacerdotais.

Chateaubriand Bandeira de Melo, falando em nome do povo, conforme o registro pessoal de Esmeraldina (1992)

“Monsenhor Sales, pela sua origem, seu passado, sua tradição, seu caráter, sua independência, suas ligações às fontes vivas da Igreja, sua projeção social, seu prestígio político, sua coragem que às vezes roçava pelo destemor, sereno e inigualável, pelo arrojo das suas iniciativas, pelo brilho de seu espírito e sua conversação, o seu vulto apolíneo, constituiu marco gigantesco toda uma época da história de Campina Grande” (Diário pessoal de Esmeraldina Agra)

Com estas considerações do marco fundacional da Matriz, podemos conceber que ela representou no itinerário da construção social campinense, a imagem de um centro urbano que crescera significativamente na primeira metade do século XX, impulsionado pelo ideal de progresso e de modernidade. As falas positivas dos clérigos e dos memorialistas comentadores desses tempos aludem para um recurso linguístico, que narra a história em perspectiva linear e crescente, destacando em sequência a realização dos grandes feitos e o heroísmo das grandes personalidades.

No caso de Campina Grande, o *boom* econômico do algodão, a importância de sua feira semanal, a sua localização estratégica como interposto para as trocas comerciais, o seu nascedouro cultural e religioso relacionado à Olinda e Recife, atuaram como imaginário desta importância social, reproduzida no discurso de seus representantes.

Como compreender, que esta construção tão sólida passasse por uma transformação radical de seus espaços, na segunda metade do último século? O que havia mudado no mundo e na percepção da sociedade local? Enfrentamos estes questionamentos, partindo fundamentalmente da evolução histórica dos espaços sagrados, em seus acréscimos, arranjos e reconstituições, e num segundo momento consideraremos os contextos políticos que afetaram as mentalidades e os comportamentos sócio eclesiais do século XX.

É importante pensarmos as transformações dos espaços sagrados como resultado do processo histórico e da autoimagem da Igreja, ou seja, o modo como ela se compreendeu na relação com o divino, o cosmos e a humanidade. Nos primeiros séculos, o cristianismo primitivo não conheceu a separação entre a mesa do altar e a mesa do banquete: ágape e Eucaristia estavam unidas. Conforme Boróbio (2010) ao citar Cipriano:

“*Considentibus Dei sacerdotibus et altare posito*” - sentados os sacerdotes de Deus e uma vez colocado o altar (BOROBIO, p.60)

O altar primitivo, supomos, era de madeira e móvel com amplitude suficiente para colocar os dons e os elementos da celebração. Por causa da perseguição aos cristãos, adotou-se o

costume de celebrar a missa nos cemitérios, sobre as tumbas de mármore dos mártires. Somente com a paz constantiniana, o altar foi fixado ao solo de modo estável, construído em pedra, mármore ou alabastro, em geral associado às relíquias dos mártires.

A partir do século VI, por influência do Oriente, começou a se impor ao rito romano o costume de celebrar de costas para o povo, e no século IX em razão das discussões eucarísticas, do culto aos santos, relíquias e peregrinações – nasceram os sacrários românicos e góticos –, associando-se a estes o retábulo.

“Nesse momento as mudanças são grandes: o altar passa a ser urna do santíssimo; a piedade popular se concentra na presença eucarística; o altar amplia-se, eleva-se com degraus; já não se encontra no centro do presbitério e se conjuga ao retábulo; tudo isso contribui para diminuir a participação do povo. Mais ainda, começa a expandir-se a *missa privada*, e as capelas e as catedrais se rodeiam de charolas e deambulatórios ao redor do altar-mor” (BORÓBIO, p. 62)

Considerando a dinamicidade da mesa eucarística posta ao centro do presbitério – como a percebemos nos primeiros séculos – e também o fato do seu progressivo deslocamento para o retábulo, fixo e estável à base do altar-mor, estava colocada a questão principal que decidiria apoiada na reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, pela preservação e adequação ou substituição dos elementos estéticos que paulatinamente compuseram os espaços sagrados do templo cristão.

Para além desta consideração da evolução histórica do espaço sagrado, particularmente do altar, observemos agora, em quais condições históricas, existiu a Catedral de Campina Grande nos anos 1960, e sua relação com a Igreja universal e com o mundo.

A recém-criada Diocese de Campina Grande, desmembrada da Arquidiocese da Paraíba, jurisdição eclesiástica a qual se converteu a Igreja Matriz em sede do novo Bispado, nascera em 1949 sob o signo de um mundo ideologicamente bipolarizado. Estávamos aí nos primeiros anos da Guerra Fria, após o sangrento conflito mundial que ceifou milhares de vidas, destruiu sonhos e projetos de uma modernidade feliz e segura.

A confiança no progresso e nas muitas conquistas técnicas tinham desmoronado em cinzas. Este momento dividiu o mundo em países colaboracionistas da política norte-americana (capitalismo) ou soviética (socialismo). Regimes ditatoriais de esquerda ou de direita organizaram-se e espalharam-se pelo mundo, com o pretexto de serem governos populares e democráticos. O mundo estava mais polarizado, mais inseguro e menos crente.

Este cenário permeado de incertezas serviu de plataforma cultural para as idealizações das grandes utopias por um mundo mais justo, livre e igualitário, como foi o caso do movimento dos jovens *hippies*, e associado a estas utopias, se promoveu nas sociedades ocidentais as lutas por mais direitos individuais, como reivindicou o movimento feminista e a chamada *revolução sexual* de maio de 1968 em Paris.

No âmbito eclesial em 1962 o cardeal Ângelo Roncalli, Patriarca de Veneza, eleito papa com o nome de João XXIII, convocou o Concílio Vaticano II, com o objetivo de reunir todos os bispos em comunhão com o Papa, os peritos e os teólogos. Esta grande assembleia da Igreja, sinalizava para uma resposta prática, que a Igreja Católica deveria dar aos seus fiéis e ao mundo contemporâneo, acerca dos grandes temas pastorais trazidos pelos movimentos litúrgico, bíblico e ecumênico, vivos e móveis desde o começo do século passado.

Era uma convocação para colocar a Igreja diante de si mesma, e interrogar-lhe sobre a sua natureza de sua missão. Na intuição de Roncalli, novos ares deveriam entrar pelas janelas abertas da instituição para soprar a novidade do Espírito, conforme as exigências dos tempos. Com isto, o Papa dava ao evento conciliar, um caráter mais pastoral e menos dogmático, mais eclesial e menos sentencioso.

Na esfera local, a cidade de Campina Grande, rumo à modernização vivenciava sua grande reforma urbanística, empreendida pelo prefeito Wergniaud Wanderley, gestor municipal de 1935 a 1945 que transformou substancialmente todo o conjunto arquitetônico da sua área central. Estas mudanças estavam associadas ao novo planejamento urbano, suscitado pelos investimentos do capital externo e pelo valor econômico, advindo da economia algodoeira, que trouxe à Campina Grande os primeiros automóveis, as vitrines comerciais e os anúncios luminosos a exhibir as sedutoras mercadorias. Para permitir a mobilidade e o deslocamento rápido de carros e consumidores, as avenidas foram abertas, suprimindo assim as instalações antigas e os aglomerados humanos existentes.

Campina Grande chegou aos anos 1960, caracterizada pela onda de modernização que marcou profundamente os médios e grandes centros urbanos brasileiros. No Planalto da Borborema, era Campina a cidade que irradiava o progresso, indicado pelas novas sociabilidades, trazidas pelas novas relações da produção e do trabalho. As indústrias chegavam e com elas instaurava-se nova mentalidade nos sujeitos. As atividades agrárias, ligadas ao gado e ao campo, ficavam com certo ranço de atraso. O desenvolvimentismo industrial identificava-se

com a cidade reformada, que tinha deixado para trás o seu passado rural. Nesse sentido comenta Silvana Torquato Fernandes (2011), em sua análise:

Campina Grande, a partir da década de 1960, possuía um cenário que se enquadrava na onda de modernização que tomava de conta do país naquele momento. Dessa forma, moderno para a população era tudo de novo que surgia ou era reformado, embelezando a cidade. “O ser moderno envolvia múltiplas compreensões, desde a possível perda das raízes culturais e do passado histórico, até a aceitação de que é indispensável superar o atraso histórico”. (REZENDE, 1997:19). O ser moderno não só estava intrínseca na mudança de hábitos e costumes, como também no âmbito educacional. (FERNANDES, p. 12)

Nesta perspectiva local, Léa Amorim analisou em sua contribuição historiográfica, o programa moderno no discurso e na administração pública em Campina Grande. Segundo ela, o patrimônio material e simbólico da cidade foi seriamente afetado neste processo, uma vez que a sedução do progresso alterou os lugares de memória na cidade.

“Em Campina Grande, o moderno foi vivenciado como a demolição do patrimônio histórico, através de falas elaboradas em falsidade ideológica, em nome do bem comum, apagando o passado, esmagando a história, sem respeito à sensibilidade humana, ao cotidiano cidadão” (AMORIM. p.142)

Ainda conforme Léa, os crimes hediondos contra a memória campinense e o seu patrimônio histórico, vieram de longe, e não pouparam nem mesmo a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade.

“A modernização transformou quase todo o interior da Igreja: restou um templo mutilado, dissecado, estéril de arte. Em nome de ‘necessária reforma’, fecharam em 1968 as portas de entrada. Um ano após, em 1969, as mesmas portas foram abertas. A Catedral não era mais a mesma. Espanto total! As relíquias artísticas, que formavam valioso patrimônio histórico/cultural, tinham também desaparecido...

Onde estava a restauração? Houve sim, uma destruição, uma total falta de consciência histórica, uma cegueira daqueles que não enxergaram o passado pelo presente, daqueles que menosprezam obras artísticas, encarando-as como velharias descartáveis” (AMORIM. p. 160)

Na leitura da autora, as falas do progresso que grassavam as elites campinenses desejosas de um futuro promissor, atuaram nos anos 1940 seguindo o discurso político nacional. Neste ponto é compreensível que ela esteja referindo-se ao Estado Novo, varguista, e a sua produção ideológica: ser contra o progresso, equivaleria a ser *contra a própria humanidade*, conforme ela.

O avanço do *novo justificava* a desconstrução da memória, pela desconsideração de um passado que continha a vida concreta de muitos sujeitos históricos, com seus símbolos e afetos, seus valores e sentimentos. Os recortes da modernização passavam a denotar a utopia de um mundo melhor, uma sociedade mais próspera e feliz que teria a missão de sepultar todos os elementos que nesta ótica indicassem o *retrocesso e o provinciano*.

No discurso quase *protesto* de Amorim percebemos que há um destaque para o *espanto* que sobressaltou aos olhos dos fiéis ao serem abertas as portas do templo reformado. A ideia de um templo mais simples, mais próximo da vida do povo, como queria a sensibilidade moderna, chocava-se com a expectativa frustrada dessa mesma coletividade. Como neste lugar as pessoas se percebiam próximas e unidas ao mistério transcendente? A beleza e a arte – próprias de um determinado período anterior – estariam dificultando o relacionamento destes fiéis com o divino?

A Sra. Eurides Gomes Borborema, com 107 anos de idade, proveniente em 1922 do município de Cabaceiras para residir em Campina, esclareceu-nos com sua voz trêmula e com palavras arrancadas do fundo da alma, a compreender o valor sagrado do patrimônio religioso da Catedral. Ela sobreviveu e criou os filhos com a ajuda de sua máquina de costura, confeccionando inclusive, os *vestidos das noivas* que suntuosamente adentravam a bela Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

“Eu era uma filha de Maria. Casei no altar da Sagrada Família, parece que foi com Emanuel” (Entrevista concedida em 23/04/2019)

Ao defender que houve uma *destruição* e não uma *restauração*, Léa Amorim encontrou força ao seu argumento, quando vemos o mesmo conceito empregado pelo próprio Vigário Bonifácio, ao justificar em 1964, o início da campanha para as obras de reforma da Catedral.

O termo *destruição* foi invocado por Léa, para designar um acinte e uma violação ao lugar de memória coletiva e religiosa, e é utilizado por Bonifácio para expressar um futuro para o qual as pessoas deveriam olhar com simpatia, abertura, apreciação, esforço e boa-vontade. A mesma palavra foi usada em duas perspectivas, totalmente apostas, na luta que se fez por validar um discurso que fosse compatível à hermenêutica do acontecimento.

O futuro à que nos referimos na atuação pastoral do Pe. Bonifácio diz respeito a seu valoroso apostolado em Campina Grande. Recordemos suas ações em favor da população campinense: a construção da Capela de São X, a construção da Igreja e Escola de São Sebastião no Alto Branco, a construção da Capela de Santa Madalena como centro para profissionalização e promoção das mulheres prostituídas da Feira Central, a direção do Instituto Pio XII, a criação da Escola Primária patrocinada pela União das Filhas de Maria, no prédio onde atualmente funciona a Faculdade de Direito, próxima ao Açude Velho. Este gênio empreendedor do vigário é descrito por Maria Rodrigues em seu testemunho:

“Ele era muito apostólico, idealizador e um grande líder. Além das grandes atividades, como vigário da Catedral, ele dava especial assistência a toda Ação Católica (JAC, JEC,

JIC, JOC E JUC). Através dele, a JOC masculina e feminina se expandiu por vários bairros desta cidade e funcionava semanalmente de forma apostólica e fiel. Havia a JOC central com a sua diretoria animada e dinâmica, com tardes mensais de formação geral. Funcionava no prédio dos Moços Católicos, hoje, o Secretariado Diocesano” (Manuscrito de Maria Rodrigues, pp. 52)

Compreendemos que o Pe. Bonifácio e o seu notável exercício estava relacionado a um programa pastoral de descentralização institucional⁷. A Igreja indo às realidades dos fiéis mais carentes, pobres e afastados do centro urbano. Foi ele, um sacerdote do seu tempo, decididamente motivado pelo espírito de renovação proposto pelo Concílio, sobretudo, no seu modo pessoal de atuar, envolvido com as causas de promoção humana e social. Era conatural ao seu olhar, nesse contexto, uma preocupação mais revisionista das práticas do que uma retrospectiva no tempo em função da memória. Inclina-se para a um futuro, que para ele significava a reconsideração de lugares e de atitudes.

Para entendermos ainda a importância e o significado do altar-mor da Catedral, vemos a força de um decreto da Arquidiocese da Paraíba, reconhecendo-o *privilegiado*. Assim declarou o Monsenhor José Tibúrcio, vigário da Matriz em 1929.

“Por decreto arquiocesano de 12 de março o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano concedeu o privilégio de indulgência plenária quotidiana ao altar-mor da Matriz desta paróquia (*sic*), consoante o decreto que copio” (Tombo II. fl 08)

Este registro de Padre Tibúrcio, demonstra-nos que o altar-mor da Matriz adquiriu um estatuto legal de preservação, garantido pela autoridade eclesiástica. As pessoas que a ele se dirigissem receberiam diariamente os benefícios da indulgência plenária⁸. Isto faz pensar que o altar era muito visitado e que nele os fiéis acorreram com seus votos e preces, estabeleceram com este lugar um forte vínculo de identificação e de pertencimento. A dignidade do mesmo, documentada em Tombo, indica o seu valor simbólico e espiritual como patrimônio religioso, consolidado no coração de uma inteira geração de campinenses.

Com estes testemunhos e fundamentos postos, podemos encarar a reforma na Catedral como um instante em que os próprios clérigos e a comunidade católica local precisaram situar-se historicamente numa sociedade que transitava entre guardar os valores sagrados da tradição e ao

⁷ Sobre o processo descentralização, novas capelas foram construídas no território da paróquia e receberam as imagens recolhidas dos altares da Igreja Matriz. A imagem de São Sebastião para o Alto Branco; a imagem de Santa Madalena para a Feira Central. Estava em curso a formação e a organização de novos espaços eclesiais geográfica e humanamente distantes do centro.

⁸ Na doutrina católica, indulgência provém do latim “*indulgentia*”, “*indulgeo*”, significa “para ser gentil”. É a remissão total ou parcial da pena temporal devida, para a justiça de Deus, pelos pecados que foram perdoados, isto é, do mal causado como consequência do pecado já perdoado através da confissão sacramental.

mesmo tempo abrir-se numa inquietação democratizante, progressista e móvel das formas de pensar, viver e sentir o mundo em seu redor.

Capítulo IV

OS IMPACTOS DA REFORMA EM CAMPINA GRANDE

A palavra *destruição* para referir-se a retirada dos altares, empregada pelo vigário Bonifácio, sugere a adoção de uma hermenêutica da ruptura, na leitura que se propunha fazer da reforma litúrgica em andamento. Como nos faz ver Roberto de Mattei (2013), ao descrever a conflitividade teológica, presente nas consciências e falas dos religiosos, posicionando-se, segundo ele, em muitos instantes de maneira unilateral, com o pressuposto teórico da filosofia da história, mais propensa à imanência, à ação, ao fenômeno, numa espécie de abdicação da base tomista, fundamentada no ser e na natureza.

“Igualmente redutora era, contudo, a posição daqueles que se atinham ao sentido histórico e literal, suprimindo, ou pior ainda, ridicularizando, o sentido espiritual e alegórico em nome de uma presumida objetividade histórico-científica”. (MATTEI, p.45)

É desta disparidade teológica, capaz de justificar posições diferentes, conforme sejam as opções pastorais dos clérigos, e a consequente intervenção nas formas estéticas dos templos que alerta-nos Antônio Bogaz (2015):

“Por razões históricas e circunstanciais, houve uma cristalização dos espaços litúrgicos, dificultando a renovação de seus estilos, considerando que a própria espiritualidade cristã e seus rituais se cristalizaram em modelos pontuais, impedindo a sua renovação e inculturação. Com o advento do Concílio Vaticano II, as novas concepções eclesiais e litúrgicas lançaram novo olhar sobre o espaço litúrgico, sua espiritualidade e suas características fundamentais. Se ao longo dos séculos, o espaço foi sendo compreendido como uma expressão estética de beleza e da espiritualidade de cada período, com o Vaticano II o espaço sagrado torna-se o lugar da manifestação de uma vivência comunitária da fé dos fiéis que se reúnem para celebrar. Seu valor consiste em superar a estética em si, e deve servir para elevação espiritual e, ao mesmo tempo, à congregação dos fiéis. (BOGAZ, p. 19-20)

Comentando ainda sobre a intervenção no espaço litúrgico, para adaptá-lo às recomendações do Concílio Vaticano II, Guilherme Schubert (1978) nos traz uma discussão, propondo uma terceira via, um caminho de moderação, uma transição mais gradual e menos violenta, para evitar o radicalismo e a pressa, que segundo ele, trouxe improvisação e sérios prejuízos.

“Será diferente o modo de proceder em igrejas existentes, mas sem maior compromisso artístico; e outro, em ambientes de responsabilidade maior ou máxima, em igrejas de estilo definido e fielmente observado em sua construção e decoração, apresentando um valor artístico, principalmente em nosso caso, das igrejas coloniais e barrocas. (SCHUBERT, p.149)

Houve conforme Schubert, um receio de que a operação da reforma litúrgica gerasse danos às obras de arte transmitidas a nós durante séculos, e cuja preservação se constitui, em um dever cultural e histórico da Igreja.

Encerrado o Concílio em 1965 e com a sua ampla difusão, na feitura das comunidades cristãs pelo mundo, observa a *Instrução sobre o culto do mistério eucarístico*, publicada em 25 de maio de 1967.

“Evite-se com cuidado a dilapidação dos tesouros de arte religiosa na adaptação das igrejas. Se, porém, se julgar necessário removerem-se os tesouros dos lugares onde no momento se encontram, por causa da reforma litúrgica, a juízo do Ordinário do lugar; depois de consultar a opinião de peritos e – se for o caso – com o consentimento de quem é de direito, então se faça isso com prudência e de tal forma que sejam colocados nos novos lugares de uma maneira digna e correspondente às obras. (Sagrada Congregação dos Ritos, n. 24)

Passadas as primeiras experiências de reforma e da adaptação dos espaços sagrados no pós-Concílio, é possível perceber a preocupação da *Instrução* que fala com a autoridade de uma congregação romana, portanto, ligada diretamente aos atos do Papa. A palavra *prudência* aparece como tônica do texto, para discorrer sobre a necessidade de consulta, ponderação e juízo.

Conforme Pe. Gerônimo Vilar, após a Semana Santa de 1968 deu-se propriamente a execução dos trabalhos de reforma na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, com a colaboração sofrida da comunidade e um certo descontentamento de outros.

“Tudo isso vem se investindo muito dinheiro saído em grande parte de um pequeno grupo de boa vontade (ou porque...) que sempre está presente. Os pobres também estão presentes de uma maneira impressionante, aliás, é do coração deles que se extrai a sementes do reino de Deus”. (Tombo III, p.21)

Esta intervenção foi ainda mais justificada pelo desabamento do teto da Igreja que segundo o mesmo vigário ocorreu no início do ano de 1967, impondo providências urgentes por parte da administração paroquial.

“O início deste ano novo nos surpreendeu com os primeiros sinais de desabamento do forro do nosso templo. Monsenhor José Bonifácio e eu, seu cooperador, constatamos que o templo em toda a sua estrutura arquitetônica estava enfermo e era necessária uma restauração”. (Tombo III, p.17)

O *desabamento do forro*, no início do ano novo, citado por Pe. Gerônimo Vilar correspondeu ao forro em madeira, pintado na década de 1930, pelo artista plástico sumeense, Miguel Guilherme dos Santos. Miguel foi um autodidata, que conforme a classificação acadêmica trabalhou em arte *naif*, ou seja, em estilo ingênuo e inocente, baseado na simplificação dos elementos decorativos, e compensando a falta de técnica com a vontade

peçoal de expressar seus sentimentos. Ele havia representando em seu estilo próprio as cenas bíblicas da história da salvação, com destaque para a Virgem Maria ao centro, cercada por anjos e arcanjos, numa visão gloriosa da Jerusalém eterna.

Segundo Maria Rodrigues da Silva, o forro da Catedral e as belas imagens pintadas no teto, foram comidas pelo cupim, em razão do madeiramento danificado da cobertura. Ela destaca o encantamento e a elevação que projetavam as pinturas de Guilherme aos olhos dos fiéis:

“A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, sempre foi muito bonita e encantadora. Ao observarmos o majestoso teto da Igreja com lindas e variadas imagens pintadas, ficávamos tão elevados, como se estivéssemos, vendo um pedacinho do céu. Isso porque, o desenho e a pintura das imagens eram extremamente bonitos. Parecia a Corte Celeste. A glória de Deus aos nossos olhos. As 10 imagens pintadas no teto da Igreja Catedral eram: a Imaculada Conceição, o Bom Pastor, a Anunciação do anjo a Maria, o casamento de São José com Nossa Senhora, a casa de Nazaré, o Nascimento de Jesus, a Santa Ceia, Jesus diante de Pilatos, a Morte de Jesus e os ensinamentos de Nossa Senhora” (Manuscrito de Maria Rodrigues, pp.48)

Compreendendo mais a motivação e a intencionalidade das ações pastorais do Pe. Gerônimo Vilar, ele deixa-nos transmitir uma grave inquietação com o mundo que ele nomeia em estado de transformação.

“A Igreja, atualmente se esforça para transformar-se através da sua autoanálise. Ela se autocritica não para se formar e nem muito menos para se informar, mas para se transformar ou se transfigurar. Tudo isso custa muito às mentalidades já formadas e que concebem a Igreja de Cristo como um museu, lugar de saudades e de memorização. A Igreja tem a vocação de interpretar a alma dos tempos e por isso não pode parar, tem que correr, mesmo que aparentemente cause danos aos míopes, aos coxos, aos paralíticos, etc. O importante é que ela não busca as aparências e sim o que há de mal nas vidas das pessoas que se amam, que se conflitam, que se matam, que se suicidam, etc. (Tombo III, p.20)

Mais adiante, ele pontua certa dicotomia na percepção dos fiéis, conflito este do qual ele próprio era também parte.

“Realmente é notável as adesões sinceras, mas por outro lado é notável as fugas e as omissões; mas tudo isso requer de nós, os pastores, a iniciativa de sabermos comunicar bem a melhor maneira de todos descobrirem Jesus Cristo, em suas variadas reações e opções” (Tombo III, p. 20)

Examinado os discursos do Padre Gerônimo⁹, perguntemos agora: As *omissões e fugas do povo eram* resistências vindas de quem e de onde? A reforma dos espaços sagrados, que pretendia oferecer mais interação entre os fiéis, para tomar parte na celebração eucarística de forma mais ativa e consciente, estava de fato cumprindo o seu objetivo fundamental? O teto

⁹ Pe. Gerônimo Vilar atuou na Catedral de Campina Grande nos anos de 1967-1968, substituindo o Pe. José Bonifácio de Araújo. Em 31 de janeiro de 1969, anunciou e deixou voluntariamente o ministério sacerdotal.

inconcluso e os altares retirados estavam promovendo a maior participação e a renovação eclesial desejada pelo Concílio Vaticano II?

Estas são questões que pedem compreensão e são enfrentadas pelo fazer do historiador, como explica-nos Certeau (2015):

“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam” (CERTEAU, p.47)

Revisitando a documentação, observamos que a angústia pela mudança não era apenas do povo, mas, sobretudo dos clérigos ante a complexidade de sentimentos em relação ao futuro da própria Igreja. Uma imensa exigência de interpretar o conteúdo da tradição católica, numa sociedade que surgia militante e moderna, mas também conservadora e tradicional em seus valores mais afetivos e profundos. É neste paradoxo religioso e cultural, que pareceu situar-se o drama da reforma, acolhida como abertura e benefício por uns, refutada como invasiva e demolidora por outros.

Percebemos que a interpretação dos clérigos para a reforma é tomada por um sincero desejo de serviço e dedicação à Igreja. Entretanto, o modo como ela se operou parece carecer de diálogo, no sentido de saber se de fato as pessoas a quem se dirigiam estas transformações estariam interessadas nelas. Se o espírito conciliar foi um instrumento de abertura para a escuta dos fiéis, como entender que estes mesmos fiéis estivessem pouco convencidos desta inovação em seu lugar de veneração e de culto?

É interessante analisarmos o caso do desabamento do forro, não reconstituído, mas transformado em estrutura de cimento pré-moldado. Este elemento em pintura artística tratava-se da arte ingênua de Miguel Guilherme, elevada à categoria de *divina arte* pelo olhar encantado de Léa Amorim no artigo *Recortes da Modernidade*, parafraseando a sua mãe que a este tema referiu-se, em suas memórias e manuscritos.

Esta arte simples fora o trabalho de um artista do povo, um agricultor rude do cariri paraibano, deixando igualmente suas marcas nas igrejas de Sumé e de Monteiro. Uma vez que a renovação estava em curso para valorizar as expressões da cultura regional e descobrir as potencialidades dos mais pobres e socialmente esquecidos, não seria razoável e oportuno reconstituir a arte de Guilherme?

Observamos que ao tratar-se do conteúdo religioso, se lida com o que há de mais sublime na construção dos arquétipos que sustentam a própria sobrevivência e a organização dos povos na história das sociedades humanas. No caso das novidades introduzidas pela pastoral pós conciliar em Campina Grande, as constantes críticas das camadas populares à subtração das tradicionais procissões em honra da Virgem Maria e dos santos de devoção – como vemos na documentação examinada - indica que o povo mais simples em muitos instantes deste processo, olhou com certa distância para a metodologia empenhada em favor dele.

A resistência às mudanças nas práticas religiosas tradicionais, talvez estivessem entrelaçadas com íntimas saudades inconscientes, no entanto, vivas, transmitidas por gerações inteiras que permaneceram na lembrança dos fiéis campinenses, quanto ao modo de realizar os festejos sagrados, vistos como parte e expressão da própria vida da cidade. A este respeito, Fábio Gutemberg Ramos (2006), faz alusão aos referenciais católicos, analisando as sociabilidades e os seus territórios, no quadro urbano de Campina Grande.

“A forma com eram organizados os festejos de Nossa Senhora da Conceição, Natal e Ano Bom em campina Grande ajuda a compreender melhor o trajeto aparentemente estranho feito por José Arruda e seus amigos, naquele longínquo final de dezembro. A parte externa ou profana da festa era organizada em torno da Igreja Matriz. Neste largo, que principiava pelo oitão ou lateral da igreja, estendendo-se até as imediações da rua Grande ou Maciel Pinheiro, eram armados os pavilhões, bazares, barracas e balanços para adultos e carrosséis e barquinhos para a meninada. (RAMOS, pp.123)

Neste universo de recordações, incrustadas na afetividade dos católicos, identificar a Virgem Maria nas Sagradas Escrituras e ao mesmo tempo retirá-la do tradicional andor, ornado de flores e cânticos piedosos, fazia para eles algum sentido e associação? Será que para eles o amor a Nossa Senhora no texto bíblico e ao mesmo tempo na representação simbólica da procissão eram coisas diferentes? Ao que nos parece em alguns instantes a questão do relacionamento entre o *novo e antigo*, entre a *modernidade e tradição* encontraram mais familiaridade e convivência na aceção das pessoas comuns do que nos pressupostos teóricos e metodológicos dos seus representantes.

Ademais a inserção do apostolado da Igreja católica na vida dos pobres, não foi prática exclusiva de um determinado período histórico. A Igreja se ocupou com o serviço dos abandonados e com os socialmente excluídos em outras temporalidades a que convém examinar. Associar o serviço humanitário dos clérigos como uma novidade surgida, especificamente na época pós-conciliar, seria restringir ou mesmo negar outras histórias.

Pensar que os vigários do século XIX foram paternalistas e assistencialistas – práticas comuns a este momento histórico ao modo dos coronéis – seria igualmente desconhecer a coragem de homens desbravadores que cercados de miséria, isolados em longínquos interiores e muito distantes ainda do conforto moderno, foram capazes de organizar populações ignoradas pelo poder estatal; seria desconhecer como estas coletividades representadas na liderança dos vigários, se organizaram e proveram equipamentos, como veremos documentação correspondente, narrando a *construção de açudes, cemitérios e abrigos para ressocialização de menores infratores*, para citar alguns exemplos.

Em 1885 a primeira preocupação do recém-empossado Vigário Sales na Matriz de Campina Grande foi socorrer a falta de água no povoado de Queimadas, construindo com a cooperação da comunidade o açude de São Pedro D’Orleans.

“No dia vinte e um de setembro de mil oitocentos e oitenta e cinco, dei começo, com auxílio do povo de Queimadas, a construir ali um açude, dito no Boqueirão, que dá passagem aos que vão desta cidade para o mesmo povoado de Queimadas; concluí, sempre auxiliado pelo povo as primeiras obras, no dia vinte e cinco do mesmo mês e ano no dia de São Pedro D’Orleans; e neste mesmo dia lancei a bênção, dizendo o ritual e recomendei ao povo que, em atenção de aquele dia de São Pedro D’Orleans, ficasse conhecendo aquele açude com o nome do grande santo” (Tombo II, p.24)

Em 1856, o Cônego Francisco Alves Pequeno, construiu com ajuda do povo, o Cemitério das Boninas, para acudir a calamidade do surto de cólera que dizimou significativa parte da população da vila.

“Irrompeu no território de Campina Grande o *cólera morbus* que vitimou mais de 1547 pessoas, inclusive o tenente-coronel José Luís Pereira da Costa, pessoa de destaque social daquele tempo.

Não havendo espaço no recinto das igrejas e das povoações, improvisaram em diversos sítios, cemitérios cercados de madeira. Nessa ocasião teve começo um nas Boninas, 300 braças ao noroeste da Matriz, da Vila.

Foi iniciativa do Cônego Francisco Alves Pequeno, posteriormente foi chamado Cemitério Velho. Ficava na esquina das atuais ruas Índios Cariris e Teodósio de Oliveira Ledo.

Campina Grande teve a felicidade inaudita de sempre possuir vigários virtuosos, vigários exemplares.

É assim que se registra a magnífica compreensão dos campinenses correspondendo aos esforços do Cônego Francisco Alves Pequeno auxiliando na aquisição de terreno e na construção do Cemitério, nas Boninas” (BOULANGER, p.58)

Em 1959, Dom Otávio Aguiar, bispo de Campina Grande deu providências para construir em Lagoa Seca, o Lar do Garoto, destinado à recuperação moral e reinserção social dos menores infratores.

“A 20 de abril de 1959, o Senhor Bispo Diocesano, após considerar o problema dos menores delinquentes que constituem uma preocupação constante para o governo da Diocese de Campina Grande e que se reveste de aspectos graves desafiando as autoridades e a População, a fim de atuar nesse campo de apostolado, solicitou a colaboração dos Padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus.

De acordo com os seus desejos e anseios da Diocese, foi adquirido pela referida Congregação um terreno, medindo 25 hectares em Lagoa Seca, destinado à construção de um edifício para instalação de uma obra de recuperação moral e social desses menores”. (BOULANGER, p.294)

Observamos nestes relatos, a ação pastoral de uma Igreja continuamente identificada com o serviço da caridade, e com as causas da população; quando não havia na Província da Paraíba, sequer os entes públicos – os municípios – para gerirem questões básicas relacionadas à sobrevivência e dignidade humana, como a água, o cuidado com os mortos, as escolas, a promoção das mulheres e órfãos, foi a ação dos missionários e dos párocos nas vilas – sobretudo nos rincões mais afastados dos centros – que efetivamente respondeu às problemáticas e flagelos sociais.

Identificamos neste presente estudo, um Padre Ibiapina que fundou a Casa de Caridade em Campina Grande, continuada após a sua morte pelo zelo espiritual do Monsenhor Sales, que por sua vez, integrou a vida das beatas sobreviventes ao ofício sagrado da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a fim de dar-lhes dignidade, acolhimento e sustentação material.

A ausência das políticas públicas, que no Brasil imperial ou republicano, não chegavam aos cariris e sertões da Província da Paraíba, foi em muitos instantes preenchida pela atuação próxima, sensível e decisiva dos vigários e curas do interior. Com isto, podemos dizer que houve uma Igreja nos século XIX que não salvava simplesmente as *almas* ou que fosse indiferente à história dos mais pobres, mas uma Igreja que se dispunha em servir aos esquecidos e desamparados, em ouvir o clamor de comunidades inteiras relegadas à própria sorte.

Voltando ao templo reformado em Campina Grande, atentemos para a contribuição interpretativa do Pe. Genival Saraiva de França¹⁰, encarregado da Catedral, quando de sua reabertura no domingo 11 de maio de 1969, dia das mães, data escolhida para refletir a homenagem dos paroquianos a Nossa Senhora, Mãe da Igreja.

“Às 10 horas da manhã, num clima festivamente cristão (ou cristãmente festivo) foi celebrada a missa de reabertura pelo bispo dom Manuel Pereira da Costa. Notava-se

¹⁰ Pe. Genival Saraiva, natural de Alcantil-PB, atuou como sacerdote em Campina Grande na paróquia da Catedral e por muitos anos na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, bairro da Prata. No campo acadêmico e universitário, exerceu a docência na área da Educação. Em 12 de julho de 2000 foi nomeado bispo para a Diocese de Palmares-PE pelo papa João Paulo II.

uma ansiedade por parte de todos e uma satisfação geral agora sentida. É que nosso povo é bastante sensível às ‘coisas sagradas’.

A reforma atingiu a coberta e o interior da Matriz. A redução das imagens, os altares laterais retirados e o altar mor substituído por outro litúrgico, mais próximo do povo, deu um aspecto de mais simplicidade, de mais sobriedade à Catedral. A iluminação de lâmpadas fluorescentes proporciona um clima de elevação espiritual. O serviço de som também restaurado fez com que Palavra de Deus proclamada e explicitada fosse ouvida por todos.

O trabalho foi penoso, mas graças à generosidade e ao sacrifício do povo, esta casa que todos consideram um “próprio da cidade” – pode ser restaurada afim de continuar sendo a casa de Deus e da família cristã.

Entre todos os que trabalharam para que a condução dos serviços chegasse a bom termo, destaco os senhores José Celino da Silva, João Pontes Sobrinho, José Cursino de Siqueira, Belarmino Arcanjo e o bispo diocesano Dom Manuel Pereira da Costa.

Vale observar que, em princípio, a reforma da Catedral agradou à maioria. Como não poderia ser diferente, em casos desta natureza, há sempre os insatisfeitos, os saudosistas, para os quais é difícil se fazer algo que os agrada. Mas o próprio tempo se encarregará de julgar o que foi feito; tudo se baseou no espírito de renovação das coisas, estruturas e pessoas. Templo novo, alma nova!”(Tombo III, p. 23)

O Padre Genival reconheceu a ansiedade do povo em relação às coisas sagradas. Na reabertura do templo reformado, o olhar dos fiéis desejava identificar-se outra vez com o mesmo lugar, como representação e imagem de suas próprias consciências, identidades e memórias afetivas, ligadas evidentemente àquele espaço da fé.

Quando o sacerdote versa sobre a *continuidade* do espaço como sendo a *casa de Deus e da família cristã*, ele sugere que ali se encontrava de imediato a conexão com o passado que não poderia ser esquecido, mas reassumido e aberto ao futuro. Em nosso entendimento, ele procurou fazer uma ligação dos tempos, sem deixar esvaziar-se o substancial. Na sua compreensão, renovavam-se as formas, mas permanecia intacto o conteúdo da mensagem: *Deus como Senhor e a família cristã como destinatária*.

Ao afirmar que *o tempo é o juiz da história* ele apontou naquele instante que as mudanças seriam lidas e interpretadas na sequência do tempo; um tempo aberto no qual as próprias pessoas julgariam os fatos. E de fato, é neste tempo aberto sugerido pelo Pe. Genival que se justifica nosso esforço em analisar as transformações e as permanências problematizadas neste trabalho: compreender as motivações, os métodos, as leituras, as opções, os confrontos e as reminiscências que trouxeram a reforma da Catedral de Campina Grande no período pós-conciliar, de dentro da própria Igreja e da percepção em seu entorno.

A despeito destas mudanças e das lentes usadas pelos diversos atores implicados neste processo, que nos permitem ver o mundo no qual se abrigava as mais profundas convicções,

ouçamos o que nos diz Esmeraldina Agra, respondendo carta em 06 de agosto de 1989 para o seu amigo Luís Correia de Queiroz, residente no Rio de Janeiro.

“Pelos escritos e antes que a memória falhe, devemos ressuscitar os mortos trazendo à tona os feitos dignos de memória porque as palavras escritas permanecem e são o espelho do passado, onde estão os contornos do futuro” (Diário Pessoal de Esmeraldina Agra)

Não sabemos se Esmeraldina teve algum contato com a obra de Michelet¹¹ ou com algum de seus comentadores, mas é visível que a sua perspicácia em afirmar que os *mortos devem ser ressuscitados para vir à tona a memória dos acontecimentos*, serve-nos de recurso para deixar falar uma católica piedosa campinense, que resignada à sua tamanha fé, inquietou-se dramaticamente com os significados da reforma da Catedral em 1968. Não havia para ela, dissonâncias em preservar o patrimônio material e simbólico da Igreja Matriz, e assegurar neste mesmo lugar, o cuidado e a proteção às beatas remanescentes da Casa de Caridade do Pe. Ibiapina, benfeitor da cidade e dos indigentes. Para ela, não havia uma Igreja velha e uma Igreja renovada, mas um todo vivo e pulsante que era a narrativa do seu próprio viver.

Pensar historicamente a reforma da Catedral é mergulhar num universo de sentidos, sentimentos e afetos que marcaram pessoas e existências, na própria construção da sociedade local; é detectar o ideário que formulou as visões de mundo presentes neste determinado tempo e lugar; é narrar a missão e os embates dos sacerdotes num mundo em transformação. Os clérigos, protagonistas das mudanças aqui discutidas, estavam operando num contexto de intensas transformações, internas e externas. É na compreensão deste panorama mais amplo, que propomos tratá-los. Neste sentido adverte-nos François Hartog (2017):

“O olhar do historiador persegue também a vida em toda a sua complexidade, em toda a sua verdade. O historiador é, antes de mais nada, olhar: não isolado ou irônico, mas olhar vivo de quem, por sua presença e intervenção, advém a visibilidade. Ao penetrar cada vez mais profundamente no objeto, ganha-se afeição por ele e, desde então, é observado com um interesse crescente. Comovido pela vidência, o coração vê uma infinidade de coisas invisíveis para o povo indiferente. Nesse olhar, verifica-se a mistura entre história e historiador. (HARTOG, pp.154)

¹¹ Jules Michelet foi um historiador francês nascido em Paris. Viveu de 1798 à 1874. Considerado um dos maiores historiadores de todos os tempos, conhecido como o primeiro historiador a afirmar que não eram as grandes personalidades e sim as massas os principais agentes das mudanças sociais, originando os ideais da revolução francesa. Filho de um tipógrafo modesto nasceu pouco após a Revolução Francesa, que marcou o advento dos tempos modernos. Começou a escrever seus primeiros livros antes mesmo de se formar em Letras em 1817. Nomeado diretor do setor de história do arquivo nacional em 1834 passou a ensinar no Collège de France em 1838.

CONCLUSÃO

Defendemos a pertinência de tratar o espaço sagrado dos templos cristãos, adaptados à reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, em termos de *reconciliação e harmonia* e não de *exclusão e perda* do patrimônio e da memória.

Como propôs Guilherme Schubert (1978), o caminho do equilíbrio e da moderação na adaptação das igrejas aos tempos contemporâneos, teria a opção de relacionar os conjuntos patrimoniais anteriores com a inserção dos novos elementos. No caso do altar-mor, este permaneceria sem o retábulo servindo de mesa eucarística, porém, conservando-se fixo e estável no mesmo lugar.

O retábulo viria ao centro do presbitério, com a forma de uma mesa para a celebração da Eucaristia, possibilitando a proximidade com a nave e a interação entre os diversos ministros e sujeitos da celebração. Esta seria uma solução para as igrejas que entenderam a reforma litúrgica pós-conciliar em correspondência com os contextos que a antecederam – preservação dos lugares de memória coletiva – ao mesmo tempo abertas para as necessárias adaptações aos novos tempos e às sensibilidades da comunidade cristã.

Sabemos que no campo prático, a conciliação de elementos polarizadores, constitui um sério desafio. No caso do catolicismo romano, esse desafio apresentou-se no último século para os teólogos, para os clérigos e para os fiéis de modo geral. Vimos ao longo desta discussão, que a liturgia cristã por força da modernidade e de seus mecanismos de comunicação e de participação, necessitou revisitar as suas origens, e redescobrir a celebração eucarística, em seu espírito e fundamento.

Contudo, faz-se necessário, entender que o processo histórico não segue um tempo linear e ininterrupto, mas realiza-se concretamente no conjunto das assimilações, influências, negações, acréscimos e eliminações. A tarefa e a missão dos homens tem a ver com a compreensão e a costura destes recortes para compor a narrativa do tempo.

Na dificuldade trazida pela reconciliação de elementos, que foram frutos de um passado vivido, com as exigências de um tempo presente e localizado, reflete Dionísio Boróbio (2010), acerca da celebração eucarística e do seu espaço sagrado:

“Com o tempo, a função prática, que acentua os aspectos concretos da ação, predominou sobre a função simbólica, que acentua o remetimento ao mistério que se celebra. E, nisso, desempenhou grande papel a frivolidade com que, às vezes, eliminaram-se imagens, elementos decorativos, sinais complementares” (BORÓBIO, p.60)

Boróbio ao analisar, que nas últimas décadas a *ação* prevaleceu sobre e *símbolo*, reconhece a vitória de um aspecto em detrimento do outro; e ao chamar de *frívola* a pastoral litúrgica que dispensou, apressadamente, os componentes imagéticos dos espaços sagrados, discute o risco de uma reforma concentrada num determinado aspecto.

Ressaltamos que o caminho percorrido pela Igreja em Campina Grande, na recepção que fez do Concílio Vaticano II, caminho este que redimensionou pela ação da reforma litúrgica os espaços sagrados do templo, significou um momento de muito esforço e de aprendizado para os clérigos, os leigos e os fiéis, que se dispuseram a escutar a voz do autêntico Magistério católico, discernindo os tempos e assumindo um programa pastoral que aproximou fisicamente a celebração da fé ao cotidiano do povo de Deus.

Neste processo de mudanças das formas e práticas litúrgicas, adaptadas aos tempos contemporâneos, houve o benefício de uma maior compreensão dos mistérios de Cristo, celebrados na vida da comunidade, e na expressão pessoal de fé de cada católico individualmente.

Lamentamos o fato do conjunto simbólico, afetivo e memorial da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, marco fundacional da cidade, ter sofrido uma reforma com relevo mais de *ruptura* dos tempos do que *harmonização* destes. Estes contornos da reforma litúrgica tiveram diferentes aplicações – mais brandas e conciliadoras – em outros conjuntos patrimoniais sacros como testemunhamos nos sítios históricos de João Pessoa, Recife e Salvador.

Sem pretendermos julgar os homens que viveram as realizações e as dificuldades deste período por nós problematizado, desejamos muito mais compreendê-los em seus sonhos, expectativas, alegrias, conflitos e dores, assim como somos desafiados a compreender o enredo e a passagem pelo mundo de todos os homens, de quem e para quem quisermos fazer história.

História feita não para proferir palavras definitivas e inquestionáveis ou para fazer uma glorificação do passado, esta não é a sua função. História feita para pensar, elaborar e compreender a fisionomia do hoje. Mergulhar nos documentos, fontes e testemunhos sobre a Igreja Catedral de Campina Grande, permitiu-nos adentrar no universo das pessoas que viveram a sua história, escutando-os. Fazemos história para entender que cada um de nós, é apenas um

ponto forte e também frágil, uma *vida* que se gasta e que permanece, quiçá uma bela existência, capaz de ser na história do mundo uma jornada interessante para os próximos homens, que de seus lugares, dirão quem fomos nós, o que fizemos e o que deixamos.

REFERÊNCIAS

- SCHUBERT, Guilherme. **A arte para a fé: Igrejas e Capelas depois do Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.
- GURJÃO, Eliete de Queiróz (org). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. João Pessoa: Ed. A União, 2000.
- O'MALLEY, Jonh W. **O que aconteceu no Vaticano II**. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.
- MATTEI, Roberto de. **O Concílio Vaticano II: uma história nunca escrita**. São Paulo: Ed. Ambientes e Costumes, 2013.
- HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2017.
- BOGAZ, Antônio Sagrado. **Vaticano II: novos templos e novos templos**. São Paulo: Paulus, 2015.
- BORÓBIO, Dionísio. **A dimensão estética da liturgia: a arte sagrada e espaços para a celebração**. São Paulo: Paulus, 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense:2015
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1978.
- SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de Confronto**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.
- UCHOA. Boulanger de Albuquerque. **Subsídios para a História Eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.
- FERNANDES, Silvana Torquato. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

DOCUMENTOS ESCRITOS:

Livro Tombo II da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (1928-1963)

Livro Tombo III da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (1964-2001)

Manuscrito de Esmeraldina Agra (1988)

Manuscrito de Maria Rodrigues da Silva (2019)

Documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965). São Paulo: Paulus, 1997

FONTES ORAIS:

Entrevista à Eurides Gomes Borborema (Campina Grande, 23/04/2019)

Entrevista à Severina Gomes dos Santos (Campina Grande, 23/04/2019)